

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ (UNIFESSPA)
INSTITUTO DE LETRAS, LINGUÍSTICA E ARTES (ILLA)
FACULDADE DE ESTUDOS DA LINGUAGEM (FAEL)

MEMÓRIAS DO MASSACRE DA PONTE

LUCILEIDE DA SILVA RECHI

MARABÁ-PA

2020

LUCILEIDE DA SILVA REICHI

MEMÓRIAS DO MASSACRE DA PONTE

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado à Faculdade de Estudos de Linguagem (FAEL), Instituto de Letras, Linguística e Artes (ILLA) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em Letras – Português.

Orientador: Profa. Dra. Maysa de Pádua Teixeira Paulinelli

MARABÁ-PA

2020

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
(CIP) Biblioteca Setorial Campus do Tauarizinho da
Unifesspa**

Rechi, Lucileide da Silva

Memórias do Massacre da Ponte / Lucileide da Silva Rechi ; orientadora, Maysa de Pádua Teixeira Paulinelli. — Marabá, PA : [s. n.], 2020.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Linguística, Letras e Artes, Faculdade de Estudos da Linguagem, Curso de Licenciatura Plena em Letras, Habilitação em Língua Portuguesa, Marabá, 2020.

1. Garimpeiros – Serra Pelada – Marabá (PA). 2. Memória. 3. Comunicação – Periódicos. 4. Análise do Discurso. I. Paulinelli, Maysa de Pádua Teixeira, orient. II. Título.

CDD: 22. ed.: 981.15

Catálogo na fonte: Adriana Barbosa da Costa Bibliotecária-
Documentalista – CRB-2/994

FOLHA DE APROVAÇÃO

LUCILEIDE DA SILVA RECHI

MEMÓRIAS DO MASSACRE DA PONTE

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial a obtenção do título de Licenciatura em Letras – Português, da Faculdade de Estudos de Linguagem (FAEL), Instituto de Letras, Linguística e Artes (ILLA) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, pela seguinte banca examinadora:

Profa. Dra. Maysa de Pádua Teixeira Paulinelli
Orientador – FAEL /ILLA/UNIFESSPA

Profa. Ms. Geralda Cristina Fortunato
Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais

Prof. Dr. Gilmar Bueno Santos
FAEL /ILLA/ UNIFESSPA

Marabá, _____ de 2020.

Dedico este trabalho a minha mãe Francisca, ao meu pai José, ao meu esposo Hugo e a minha Profa. Dra. Maysa.

AGRADECIMENTOS

A Deus que me ajudou durante todo o curso.

Agradeço à minha orientadora Profa. Dra. Maysa de Pádua Teixeira Paulinelli, por contribuir com todo o seu conhecimento para me ajudar, pela sua dedicação, por me apoiar em todas as pesquisas, pelo seu carinho e compreensão.

A todos os professores que contribuíram durante todo o curso para o meu crescimento, com muito esforço, dedicação, atenção e rigor. Agradeço também a todos os profissionais da Unifesspa que se dedicavam todos os dias para que o ambiente se tornasse bem melhor.

Aos profissionais da Fundação Casa da Cultura de Marabá, que se dedicaram a procurar os jornais necessários para minha pesquisa e também à Hemeroteca digital Movimento Sindical que contribuiu para a inteiração de conteúdos importantes sobre o “Massacre da Ponte”. Como também a todos os que contribuíram contando as suas memórias a este trabalho.

Aos meus pais que sempre me apoiaram e se esforçaram para me manter no curso, pela imensa paciência e amor.

Ao meu esposo que também me apoiou nesse percurso.

À Elis Jane Rodrigues que sempre me ajudou com seus conhecimentos, experiências de vida, pelo carinho, cuidado e amor.

Às minhas queridas amigas Gilvanete Oliveira e Kalyane Dias, que sempre me apoiaram durante o curso, pelo companheirismo, esforço e dedicação.

**Eu gosto de olhos que sorriem, de gestos
que se desculpam, de toques que sabem
conversar e de silêncios que se declaram.**

Machado de Assis

RESUMO

O presente trabalho tem como temática o episódio conhecido como o “Massacre da Ponte”, que ocorreu em 29 de dezembro de 1987, no município de Marabá, no Pará, por ocasião de um protesto de garimpeiros da Serra Pelada, que reivindicavam melhores condições de trabalho e continuação dos trabalhos na área do garimpo. Trata-se de um momento de extrema importância tanto para a cidade de Marabá como para o memorial de histórias do país, apesar de haver sido silenciado à época dos acontecimentos. Para que esse tema seja recordado, foram analisadas notícias e reportagens publicadas em jornais impressos no momento em que os fatos ocorreram, demonstrando o ponto de vista dos diversos atores sociais envolvidos no acontecimento. Utilizamos como metodologia o levantamento bibliográfico e a análise de documentos encontrados nos acervos locais, como a Fundação Casa da Cultura de Marabá. Como referencial teórico, partimos de elementos da Teoria Semiociológica, de Charaudeau (2001), além dos padrões de manipulação da imprensa, segundo Perseu Abramo (2003).

PALAVRAS CHAVE: Massacre da Ponte; memória; mídia; manipulação; Semiociológica.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
A HISTÓRIA OFICIAL: OS CICLOS ECONÔMICOS EM MARABÁ/PA E A DESCOBERTA DO OURO EM SERRA PELADA.....	12
2 O MASSACRE SOB O PONTO DE VISTA DA MÍDIA: A HISTÓRIA NÃO OFICIAL.....	16
2.1 O ponto de vista da mídia local: Movimento dos garimpeiros termina em pânico e mortes (Jornal Correio do Tocantins, nº 164, 1988).....	16
2.2 O ponto de vista da mídia de esquerda: Boletim Nacional da CUT – Jan/fev de 1988.....	18
2.3 O ponto de vista da mídia nacional: Jornal Folha de São Paulo, publicado em 1988.....	28
<i>2.3.1 Título: Governador do PA acusado de massacrar garimpeiros.....</i>	<i>28</i>
<i>2.3.2 Título: Massacre no garimpo.....</i>	<i>30</i>
3 ANÁLISES.....	31
3.1 Apresentação da notícia.....	31
3.2 Análise semiolinguística: os sujeitos do discurso.....	33
3.3 Estratégias de manipulação.....	35
3.4 Seleção Lexical do Sujeito comunicante (Suc).....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS.....	41
ANEXOS.....	

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como temática o episódio conhecido como o “Massacre da Ponte”, que ocorreu em 29 de dezembro de 1987 no município de Marabá, no Pará, em virtude de um protesto dos garimpeiros da Serra Pelada que reivindicavam melhores condições de trabalho e continuação dos trabalhos na área do garimpo. Segundo o jornal Correio do Tocantins, teve uma duração de 15 minutos e foi praticado por soldados do batalhão de choque de Belém. Esse batalhão se deslocou de Belém para Marabá por ordens do governador Hélio Guerras, pois este queria que a situação fosse resolvida imediatamente, com a desobstrução da ponte ocupada pelos garimpeiros a qualquer custo.

A proposta de trabalhar essa temática surgiu como uma atividade final da disciplina “Análise da Conversação”, em que foram investigados temas ligados à memória local/ regional. O “Massacre da Ponte” é um triste momento da história marabaense, no qual uma manifestação de garimpeiros da região de Serra Pelada foi violentamente sufocada pelas forças policiais do estado do Pará. Trata-se, contudo, de um momento de extrema importância tanto para a cidade de Marabá como para o memorial de histórias do país, apesar de haver sido silenciado e apenas poucas pessoas que fazem parte do povo marabaense conhecerem a seu respeito. Vale ressaltar que em nosso museu, essa história não é exposta e em suas telas apresentam-se apenas as riquezas da região e o seu desenvolvimento, além disso, esse tema é pouco abordado nos livros regionais, pois descrevem os fatos de forma resumida.

Desse modo, para que esse tema seja recordado, foram analisadas notícias e reportagens publicadas em jornais impressos à época dos acontecimentos, os quais mostram o ponto de vista dos diversos atores sociais envolvidos no acontecimento. Cada veículo possui o seu ponto de vista, e cada um desses pontos se complementam e deixam a história mais convincente e interessante. O episódio é observado por um outro ângulo, com a intenção de descrever a realidade, as condições precárias e absurdas vivenciadas por vários garimpeiros na Serra Pelada. Desse modo, o “Massacre da Ponte ou Guerra de São Bonifácio” que chocou a cidade e região, episódio ocorrido em 29 de dezembro de 1987, na ponte da estrada de ferro Carajás, sobre o Rio Tocantins, renascerá depois de 30 anos silenciados, pelo medo das repressões políticas na época.

Utilizamos como metodologia do presente trabalho o levantamento bibliográfico e a análise de documentos encontrados nos acervos locais, como a Fundação Casa da Cultura de Marabá, e como base teórica nos apoiamos no instrumental teórico da Análise do Discurso.

Cabe pontuar que o discurso é uma concepção linguística ligado ao contexto social e as ideologias presentes em cada discurso são determinadas pelo contexto político-social em que vive cada autor. Assim, a análise do discurso é uma análise contextual da estrutura discursiva abordada.

Para cumprir os objetivos do trabalho, no primeiro capítulo, fazemos um levantamento dos ciclos econômicos em Marabá/PA e a descoberta do ouro em Serra Pelada, a fim de que o contexto socioeconômico que culminaram no massacre fossem evidenciados.

No segundo capítulo, apresentamos o massacre sob o ponto de vista da mídia, demonstrando a história não oficial, ou os fatos que chegaram ao conhecimento de poucos brasileiros. Para esse capítulo, selecionamos notícias e reportagens publicadas em jornais impressos publicados em datas próximas aos acontecimentos, arquivadas na Fundação Casa da Cultura de Marabá. Compõem nosso corpus de pesquisa as notícias e reportagens seguintes: Movimento dos garimpeiros termina em pânico e mortes, do Jornal Correio do Tocantins, nº 164, 1988 (Hemeroteca Movimento Sindical – Pasta: nº 18 janeiro fevereiro 1988); e Serra Pelada (PA): MASSACRE IMPUNE - Oito páginas contra o acobertamento de um crime, do Boletim Nacional da CUT – Jan/fev de 1988.

No terceiro capítulo, trazemos a análise de uma das notícias do *corpus*, intitulada “Movimento dos garimpeiros termina em pânico e mortes”, publicada pelo jornal Correio do Tocantins, em janeiro de 1988. Essa notícia faz parte do arquivo de jornais impressos da Fundação Casa da Cultura de Marabá. Como referencial teórico, utilizamos elementos da Teoria Semiolinguística, de Charaudeau (2001), além dos padrões de manipulação da imprensa, segundo Perseu Abramo (2003).

1 A HISTÓRIA OFICIAL: OS CICLOS ECONÔMICOS EM MARABÁ/PA E A DESCOBERTA DO OURO EM SERRA PELADA

A cidade de Marabá localiza-se no sudeste do Pará e é banhada pelos rios Itacaiúnas e Tocantins. Seu nome tem origens indígenas que significa “filho do prisioneiro ou estrangeiro, ou o filho de índia com branco” (AMAT, 1996). Há uma lenda em torno deste nome, Marabá também é conhecida como uma ninfa protetora dos animais, mas devido à catequização dos indígenas por missionários, passaram a aplicá-lo para os filhos de índia com branco, surge então a índia Marabá, filha de Kunhãmembyra que significa “filho do contrário” com um prisioneiro de guerra (BRANDÃO, 1998).

Consta-se que a cunhã mantinha relações sexuais com o prisioneiro, e muitas vezes apaixonava-se por ele e juntos fugiam para longe nas matas, campos e brechas incultas, a cunhã engravidava e tinha filho que era a Marabá rejeitada pela tribo. Quando a criança já havia aprendido a comer, era arrancada à força da mãe e dada a um parente para criá-lo até o tamanho próprio para ser sacrificada. Atingindo o tamanho ideal, era levado ao terreiro, onde no meio de grandes festas e alaridos, lhe quebravam a cabeça, assava-a e a mãe a comer o primeiro pedaço de carne do filho. (BRANDÃO, 1998, p. 238)

O poeta Gonçalves Dias de forma romantizada descreve a índia Marabá e a sua vida solitária em um pequeno trecho retirado do final do poema, “Eu vivo sozinha, chorando mesquinha, que sou Marabá” (BRANDÃO, 1998). Essa história tem maior destaque para a explicação da origem do nome da cidade, muitos acreditam e a compartilham no momento atual para seus filhos, netos etc.

Anteriormente, no século XVI essa região foi explorada por portugueses, apesar disso, permaneceu por 300 anos sem ocupação definitiva. A ocupação começou a progredir a partir de 1892, com o chamado burgo agrícola, localizando-se a 11 milhas da foz do rio Itacaiúnas. Nesse período a economia na região da colônia em seu primeiro ciclo conta com a extração de caucho e borracha (AMAT, 1996). No entanto, em 1894, foi dada pelo governador ao coronel Carlos Gomes Leitão, a missão de povoar o burgo com cem famílias nacionais (BRANDÃO, 1998). Além do caucho e da borracha, principais matérias para a economia do burgo, também outras atividades entram em cena como a extração da castanha, a pesca, a caça, a agricultura e a criação de gado (BRANDÃO, 1998).

No ano de 1896 chegam ao burgo Francisco Coelho da Silva e Francisco Casemiro de Sousa tangendo uma boiada em direção à cidade de Nazaré dos Patos, a intenção desses dois boiadeiros era passar somente alguns dias na região do burgo para descansar, mas se interessaram com a descoberta do caucho e a criação da indústria extrativa vegetal, devido a

isso o coronel amigavelmente convida-os a permanecer e abrir outros negócios. Dessa forma o convite foi aceito pelos boiadeiros e assim também seus familiares vieram morar nessa área. Contudo, houve alguns problemas causados por Francisco Coelho, pois ele trouxe mulheres de vida livre do Maranhão, com a intenção de servir os caucheiros, devido a isso as famílias se sentiram constrangidas e não admitiam essa situação e para apaziguar o coronel Carlos Leitão leva-os a região do Pontal, lugar de junção de dois rios. Eles gostaram da região e seu casarão foi construído ali em mutirão pela população do Burgo, neste momento inspirado pelo poema de Gonçalves Dias, coloca o nome de se barracão Marabá. (BRANDÃO, 1998)

Segundo a história contada pela população e também presente em nosso museu Casa da Cultura de Marabá, a região em que se instalou os boiadeiros hoje é chamada de Bairro Francisco Coelho em homenagem a um deles, mas também é conhecido como “Cabelo Seco”.

E o pontal, assim como a Casa Marabá, ficaram tão faladas entre os homens, que ao descerem o Rio, carregados de caucho, redobravam os esforços nas pindaibas (grandes varas para empurrar a embarcação), dizendo uns para os outros: —vamos varejar mais depressa, para podermos chegar com tempo, para festa das NEGRAS DO CABELO SECO. (As mulheres tinham os cabelos pichains, secos e penteados para cima). Daí a razão do primeiro bairro de nossa Marabá ter ficado conhecido, como até hoje o é, pelo nome de Cabelo Seco. (MUTRAN FILHO, 2000, apud SIDEAUX).

Marabá era a circunscrição judiciária mais importante, por causa de sua numerosa população, pela movimentação de embarcações, movimentação de dinheiro e seus comércios. Possuía 31 casas comerciais pertencentes a alguns nomes importantes como: Afro de Araújo Sampaio, Quirino Franco de Castro, Pedro e Melchíades Fontenelli, José Marinho, Antônio da Rocha Maia etc. (BRANDÃO, 1998). No presente momento as ruas de Marabá carregam os nomes destes homens que se destacaram na região do Pontal. Um exemplo a ser destacado é a famosa avenida Antônio Maia no centro da Velha Marabá, um local com vários pontos de comércio. Brandão (1998), este homem foi presidente da Comissão Administrativa e primeiro Intendente (equivalente a prefeito) eleito e reeleito, exerceu também o mandato de vogal, além de promover movimentos para emancipação política de Marabá.

Retomando o tema das atividades presentes na região, como dito anteriormente a primeira atividade econômica iniciou-se com o ciclo da borracha na década de 20 se estendendo até o final dos anos 40 (AMAT, 1996). Este ciclo provocou a movimentação de migrantes de várias partes do país e também imigrantes interessados nas riquezas regionais. Nesse momento, foram levadas pelo cientista francês Charles Maria de La Condamine amostras da primeira goma elástica proveniente do caucho (BRANDÃO, 1998).

A descoberta dessa matéria prima se deu pelos irmãos Antônio e Hermínio Gonçalves Pimentel ao procurarem pastos para o seu gado. Antônio Pimentel descobriu a árvore após disparar um tiro durante uma caçada pela selva, ele viu que na árvore escorria um líquido branco em grande quantidade. Ao voltar para o local percebeu que aquele líquido possuía elasticidade e isso o fez levá-lo para o Burgo, logo depois o coronel Leitão enviou a Belém para Análise e foi descoberto que tratava-se de uma borracha muito boa. Essa descoberta trouxe alegria as pessoas do burgo, que acabaram promovendo festas com fogos e bebidas. (BRANDÃO, 1998) Essa foi uma das grandes descobertas da região, no entanto, pela falta de métodos adequados na coleta do látex, ocorreu a decadência e essa matéria prima não alcançou a década de 30, pois os caucheiros tinham que derrubar as árvores para retirar a matéria prima. Hoje ninguém sabe identificar na mata uma árvore de caucho. (BRANDÃO, 1998)

Com a decadência da borracha, outra atividade que passou a ser praticada foi a extração da Castanha do Pará, nos chamados polígonos dos Castanhais (AMAT, 1996). Segundo saberes regionais que permeiam nossa sociedade, a cidade possuía várias castanheiras, a extração era frequente e os indígenas eram submetidos a esforços físicos extremos para que as castanhas fossem exportadas, atualmente dificilmente se vê a exuberância de uma castanheira.

Durante quase três décadas, a exportação de castanha dominou a economia local. No entanto, assim como a borracha, a exploração de castanha também diminuiu consideravelmente, devido ao quase extermínio dos castanhas nativos. (AMAT, 1996, p. 125)

A comercialização da castanha seguiu no mesmo sistema da borracha, os ouriços eram coletados e entregues no barracão em troca de produtos diversos. Os barracões tinham a responsabilidade de entregar aos empresários de Belém para passar por processos como: quebra, secagem e enlatado e assim as castanhas eram exportadas para o exterior (SEDUC, 1992).

Além disso, outra atividade que se manteve bem presente na região foi a pecuária, juntamente com a extração de mineral (AMAT, 1996). Os principais donos de terra com a criação de gado atualmente são: família Mutran, Revemar, Zucavel, Família Miranda, além de políticos da cidade, entre outros.

Ademais, outra atividade importante para o município de Marabá, que colocou o Estado no ranque mundial de maiores produtores de ouro, foi a descoberta de Serra Pelada, “maior garimpo a céu aberto do mundo” (AMAT, 1996). Entre fevereiro e março de 1980, mais de 60 mil homens chegaram à Serra Pelada, de forma que a corrida pelo ouro aconteceu sem qualquer organização ou preocupação com os riscos à saúde e ao ambiente, movida apenas pela busca da

riqueza. Os lucros e os custos do ouro ficavam para os sócios, donos de fazenda, e para o governo. O garimpeiro ganhava muito pouco pela exploração, mesmo trabalhando dia e noite para obter algumas gramas de ouro. À época, a cava da mina foi construída pelo trabalho manual de escavação em bancadas, “barrancos” ou “catas”, com uso de equipamentos de baixa tecnologia (SILVA, 1999 apud MONTEIRO et al., 2010).

Em 29 de dezembro de 1987, quando a quantidade de ouro encontrada em Serra Pelada já começava a entrar em declínio, foi que ocorreu o episódio conhecido como Massacre da Ponte no município de Marabá, no Pará. Segundo o jornal Correio do Tocantins, o massacre teve uma duração de 15 minutos e foi praticado por soldados do batalhão de choque de Belém contra garimpeiros da Serra Pelada que protestavam na ponte rodoferroviária sobre o Rio Tocantins, reivindicando melhores condições de trabalho na área do garimpo. Esse batalhão se deslocou de Belém para Marabá por ordens do então governador Hélio Guerras, pois este queria que a situação fosse resolvida imediatamente.

2 O MASSACRE SOB O PONTO DE VISTA DA MÍDIA: A HISTÓRIA NÃO OFICIAL

Para a elaboração desse capítulo, buscamos fundamento em jornais impressos publicados em datas próximas aos acontecimentos. Assim, o corpus de pesquisa é constituído pelas notícias e reportagens seguintes:

- Movimento dos garimpeiros termina em pânico e mortes, do Jornal Correio do Tocantins, nº 164, 1988 (Hemeroteca Movimento Sindical – Pasta: nº 18 janeiro fevereiro 1988); e

- Serra Pelada (PA): MASSACRE IMPUNE - Oito páginas contra o acobertamento de um crime, do Boletim Nacional da CUT – Jan/fev de 1988.

2.1 O ponto de vista da mídia local: Movimento dos garimpeiros termina em pânico e mortes (Jornal Correio do Tocantins, nº 164, 1988)

O jornal Correio do Tocantins, em sua edição n.º 164, de 1988, noticiou que o “Massacre da ponte” ocorreu em 29 de dezembro de 1987 no município de Marabá no Pará, em virtude de um protesto dos garimpeiros da Serra Pelada que reivindicavam melhores condições de trabalho e continuação dos trabalhos na área do garimpo.

Segundo o jornal Correio do Tocantins, o episódio teve uma duração de 15 minutos e foi praticado por soldados do batalhão de choque de Belém. Esse batalhão se deslocou de Belém para Marabá por ordens do governador Hélio Guerras, pois queria que a situação fosse resolvida imediatamente.

“A interdição da ponte durou aproximadamente 36 horas, período em que foram feitas várias negociações entre as lideranças tanto em Marabá quanto em Serra Pelada, para onde seguiram o representante do ministério do interior Nelson Marabuto, o deputado Asdrúbal Bentes e João Francisco Araújo Filho, do Senacop e membro da junta interventora do Coogar. Eles se dirigiram para a Serra Pelada depois de líderes tais como Vitor Hugo, Edson Sabino, Luís, Lamon e “Chapéu de palha” se recusaram a aceitar o acordo que foi feito à madrugada de terça- -feira, na Prefeitura. (Correio do Tocantins, 1988, nº164)

Além disso, antes de enviar o batalhão de Belém, o governador Gueiros havia telefonado para a prefeitura de Marabá ameaçando e dando um prazo para a desobstrução da ponte, caso contrário iria enviar o batalhão de choque da capital, como fez horas depois. Esses soldados estavam equipados com revólveres, carabina, metralhadoras e bombas de gás lacrimogêneo, no entanto, os garimpeiros estavam apenas com seus equipamentos de trabalho.

Conforme dados colhidos no Hospital da Fundação Sesp pelo Jornal Correio do Tocantins, apenas dois cadáveres se encontravam no hospital, um de identidade desconhecida e o outro José dos Santos, com idade de 32 anos, natural de São Pedro da Água Branca (PA). Mas também, são apresentados os seguintes nomes de desaparecidos: José Flávio Menezes, 18 anos, Ricardo Sérgio Morais Furtado, 21 anos, Domingos Freire Serra, 28 anos, João Paulo Gomes Morais, 31 anos, Francisco Antônio Neto, 31 anos.

“Informações prestadas pelos garimpeiros que assistiram ao desenrolar dos acontecimentos dão conta de que pode haver mais vítimas fatais, visto que muitos se jogaram da ponte sobre as águas do rio Tocantins, apavorados que estavam com a presença de soldados do Batalhão de Choque de Belém. O coordenador de Defesa Civil, Wilson Faval, organizou várias equipes de busca no sentido de resgatar possíveis corpos no rio, na manhã de ontem”. (Correio do Tocantins, 1998, nº164)

Depois do ocorrido, vários repórteres tentaram entrevistar Nelson Marabuto, mas ele não quis se pronunciar, apenas deixou claro a sua indignação ao dizer: “se fosse falar, seria para dizer que o governador de vocês é um monstro”. Esse comentário se manteve pelo seguinte fato de que para ele tudo seria resolvido por meio da paz, porém, a atitude de Hélio Gueiros prejudicou e atrapalhou os seus planos. Por este motivo, o representante declarou que iria entregar seu cargo ao chegar em Brasília para o Ministro João Alves. No dia seguinte, o prefeito contratou uma empresa de transporte para levar os garimpeiros para a Serra Pelada, mas, a empresa estava com medo de represálias por parte da população, pois pensavam que seus coletivos poderiam ser depredados e por este motivo era possível ver vários garimpeiros pela cidade, como também, a polícia militar fazendo buscas em todas as entradas e saídas da cidade. Ela vistoriava veículos, exceto os ônibus de transporte coletivo. “A ponte é certo, precisava ser desobstruída. Os garimpeiros têm que ser atendidos em seus direitos. Fica uma indagação: se a violência gera violência, haveria necessidade de tanta violência?”. (Jornal Correio do Tocantins, nº164)

Os garimpeiros não queriam comentar sobre o “massacre” na cidade, pensavam em comentar apenas na Serra Pelada, pois segundo uma senhora chamada Eunice intitulada como líder das mulheres do garimpo “lá na Serra não entra político e nem PM”. Outrossim, o jornal afirma que para ajudar a PM na desobstrução da ponte, cento e cinquenta homens do Exército desembarcaram em Marabá, transportados por um Búfalo da FAB, procedendo do 2º Bis de Belém, apenas como um reforço para a tropa local, sendo que os militares ficaram na sede da brigada. O oficial afirmou que o incidente foi “pura imprudência dos garimpeiros, porque se a polícia fosse cautelosa, eles não iriam atender”.

Por fim, o jornal apresenta os motivos da manifestação dos garimpeiros, a saber:

- Máquinas para fazer um mini rebaixamento;

- Documento assinado pelos senhores representantes do governo;
- O rebaixamento será fiscalizado por uma comissão dos garimpeiros;
- O novo delegado da Polícia Civil seja nomeado de acordo com os garimpeiros;
- A urbanização da cidade de Serra Pelada;
- Cedência definitiva da área de Serra Pelada aos seus garimpeiros;
- Liberação do dinheiro no Banco Central para a aquisição de máquinas e equipamentos, entre outras reivindicações.

2.2 O ponto de vista da mídia de esquerda: Boletim Nacional da CUT – Jan/fev de 1988

Em 29/12/1987, o Boletim Nacional da CUT publicou uma extensa reportagem, dividida em títulos e subtítulos, denominada: Serra Pelada (PA) MASSACRE IMPUNE- Oito páginas contra o acobertamento de um crime

2.2.1 Título: Cadê o corpo? O bicho comeu. Cadê o ouro? O bicho comprou. Cadê o ouro? o banco levou

“O título lembra uma brincadeira infantil, mas esta é uma história trágica. Fala de uma lista de 93 desaparecidos, dezenas de mortos, cujos corpos estão sendo cuidadosamente soterrados num buraco mais profundo do que os cem metros da lavra da Serra Pelada”. (Boletim Nacional da CUT, jan, fev, 1988, p.12)

O que tentaram fazer com essa chacina foi uma “manobra”, como é afirmado nessa reportagem. Essa “manobra” pode ser também o apagamento de provas que incriminam o governo. Todas as reivindicações dos garimpeiros eram conhecidas e estes se apropriaram da ponte para tentar alcançar essas reivindicações ou algumas respostas, mas estavam sempre adiadas. Logo percebe-se o descaso do governo para com todos esses manifestantes.

“Uma enorme manobra de enganação foi montada a partir da chacina. São conhecidas as reivindicações dos garimpeiros e a ocupação que promoveram da estratégica ponte, para força uma resposta oficial constantemente adiada. O garimpo virou de revista, encheu páginas em matérias que discutiam as contradições do maior garimpo a céu aberto: existe ainda muito ouro? O garimpo deve ser mecanizado? O que fazer om a cidade de 200 mil pessoas em que se transformou aquele pedaço de mato”.(Boletim Nacional da CUT, jan, fev, 1988, p.12)

Seria um descaso permitir que esse acontecimento seja encoberto, por mais que a polícia agiu mediante a ordem do governador do estado, não explica a tamanha violência para com pessoas que estavam desarmadas. Esse texto jornalístico reforça o pedido de um inquérito para apuração dos fatos e colocar em juízo todos os culpados.

“Não podemos permitir que este debate venha encobrir um massacre, consequência da ação da Polícia Militar do Pará, cumprindo ordens do governador do Estado, investiu contra homens, mulheres e crianças desarmadas e resolveu mais uma questão social com a lógica dos trogloditas do século XX: a tiros de revólver, metralhadora e gás lacrimogênio. Não podemos permitir que não haja inquérito oficial e apuração de responsabilidades”.(Boletim Nacional da CUT,jan,fev,1988,p.12)

Além disso, segui informando que as informações oficiais não podem encobrir o que aconteceu verdadeiramente no dia e também comentários como o do cel. Reinaldo Pessoa, que diz que dois corpos são insignificantes em relação o ocorrido. Esses corpos “insignificantes” estavam lutando por seus direitos, mas o que apenas restou foi um episódio triste e abafado. Então esse texto leva o leitor a sair da “zona de conforto” e se aprofundar, absorvendo um posicionamento a favor da causa dos garimpeiros

No texto subintitulado “Só em briga de festa que morrem dois”, Paulo Roberto inicia sua reportagem descrevendo os dados dos desaparecidos, afirmando que noventa e três pessoas estavam desaparecidas e o que se tinha era um número incerto de mortos. Essa chacina tem como mediador o govenador do Pará Hélio Gueiros, o Ministério da Justiça e o aval do governo da Nova República sob o comando de José Sarnei. Esse massacre aconteceu em 29 de dezembro de 1987, na ponte rodoferroviária sobre o Rio Tocantins, em Marabá.

Além disso, alguns historiadores avaliam o “massacre” semelhante ao de Canudos, no entanto, há uma diferença, os garimpeiros estavam desarmados e apenas a Polícia Militar estava armada.

“O massacre aconteceu a 29 de dezembro de 1987, [...] e foi na avaliação de alguns historiadores, semelhante ao de Canudos, no final do século passado, quando milhares de pessoas seguidoras do beato Antônio Conselheiro foram dizimadas pelas tropas do Exército. Com uma diferença: os garimpeiros de Serra Pelada estavam desarmados. E foram encurralados na ponte sem qualquer possibilidade de defesa”. (Boletim Nacional da CUT,jan/fev,1988, p.13)

Para a polícia, como também para o governador Gueiros, apenas duas pessoas morreram nesse massacre. Dois que conseguiram sair vivos afirmam que “só em briga de festa que morrem dois”. Eles também continuam afirmando que viram nove cadáveres caídos na ponte, e outros que foram atirados no rio. Todas as estatísticas, segundo Ferreira, “acentuam os contornos da tragédia, mas o que está m discussão é o episódio em si e os seus desdobramentos”. E os movimentos de trabalhadores continuam sendo tratados como caso de polícia e isso deveria repugnar a nação, enojar, pois poderiam se tornar corresponsáveis dessa carnificina e serem “vítimas indiscriminadas da mesma arbitrariedade”.

No subtítulo “Cortina de silêncio”, afirma-se que governador permaneceu em silêncio, não quis se pronunciar para falar a respeito do trágico massacre na ponte. Segundo a reportagem publicada pelo Boletim Nacional da CUT, “O governo, de sua parte, mantém a cortina de

silêncio”. Diante disso, vários questionamentos foram feitos e até os dias atuais, permanecem sem resposta. O que se alega, é que os garimpeiros estavam causando transtornos e prejudicando as atividades econômicas da região.

“[...] Até o momento, perguntas elementares que continuam no ar: onde estão os corpos dos garimpeiros assassinados? Quem responderá pelo massacre, já que o governador Hélio Gueiros assume a responsabilidade de ter mandado evacuar a ponte? Os culpados são conhecidos, o que fará a justiça? Serra Pelada será incluída n rol dos crimes insolúveis, como os milhares assassinatos de trabalhadores do campo e da cidade?”. (Boletim Nacional da CUT, jan/fev, 1988, p.13)

Além disso, para Ferreira, “a alegação de que os garimpeiros estavam prejudicando a região, não justifica o ato covarde”. Os garimpeiros foram encurralados e o que ocorre não foi uma desocupação, pois quando isso acontece, necessita-se de uma saída e isso não aconteceu. Eles foram cruelmente maltratados e mortos, os PMs agiram contra a lei dos direitos humanos “A intenção de matar os trabalhadores já estava delineada”, afirma Ferreira. (Boletim Nacional da CUT, 1988, p.13)

Demais, outros manifestantes se pronunciaram sobre o que presenciaram no dia. Antônio Renato passou seis dias preso na delegacia de Marabá e ouviu os policiais comentando sobre a queda dos corpos no rio, da seguinte forma: “quando jogavam (garimpeiros) no rio, a água abria e fechava”. (Boletim Nacional da CUT, 1988)

Além de Antônio, Maria de Nazaré Souza Chaves, enfermeira do Hospital “Paulo Duarte”, afirma:

“dois garimpeiros que eu conhecia aqui da Serra iam cantando o Hino Nacional juntos com os outros para se defender das balas. O primeiro que caiu foi um baixo, forte, barbudo. Caiu perto de mim. Mais na frente caiu outro. Era alto, fino, de bigode e estava com a boroca (sacola) de lado”.(Boletim Nacional da CUT, jan/fev, 1988, p. 13)

Ela continua dizendo para a reportagem, que esses homens já estavam mortos, viu mais dois corpos junto a ponte e outros dois corpos mais à frente. Além desses corpos, viu uma mulher grávida e uma criança serem atiradas no rio.

No subtítulo: “Quando eu caí a polícia fuzilou a mulher”, o garimpeiro Nestor Coelho de Souza relatou que estava com a mulher grávida, eles correram juntos para se livrarem da polícia, mas não deu certo, pois a ponte estava fechada nos dois lados. Eles foram de encontro com a polícia e esta por sua vez, deu muitas cacetadas em Nestor e fuzilou a mulher, a jogando no rio.

“Nestor Coelho de Souza confirma o depoimento de Maria de Nazaré. Ele foi a última pessoa a manter contato com a mulher buchuda. Ela agarrou no meu braço e saímos correndo. Topamos com a polícia que me deu um monte de cacetada. Quando eu caí, a polícia fuzilou a mulher e a jogou dentro do rio”. (Boletim Nacional da CUT, 1988, p.13,14)

Outro garimpeiro, chamado Walter Dias, trabalhou na Serra desde 1980 e afirma à reportagem que também viu a mulher ser jogada no rio e que poderia reconhecê-la por mais que nunca a tinha visto na Serra Pelada. Também viu ao descer da ponte, dois homens mortos, mas esses não vieram da Serra. Além de Nestor e Walter, outra pessoa a testemunhar, foi Roselda Rodrigues de Miranda, de 17 anos e estava grávida. Ela afirma que muitas pessoas pularam a ponte de braços abertos e gritando por socorro.

“Walter Dias, garimpeiro de Serra Pelada desde 1980, relata emocionado: eu vi o sargento que jogou essa mulher. [...] Walter disse que o tal sargento não fez só isso. Ele saiu empurrando mais duas ou três pessoas para a frente. Quando cheguei em baixo tinha dois mortos e não eram nenhum dos que vieram para cá (Serra)”. (Boletim Nacional da CUT, jan/fev, 1988, p.14)

No subtítulo: “Mas onde estão os mortos?”, Pedro Ângelo, 44 anos, afirma que também viu a mulher grávida e o menino serem jogados no rio pelos soldados. Relatou também para a reportagem, que viu vários corpos sendo colocados dentro dos caminhões de uma empresa de transporte chamada Transbrasileira e outros corpos dentro de um carro preto. Ele conseguiu visualizar esses fatos, porque estava escondido no capinzal.

“Pedro Ângelo de Melo, 44 anos, seis de garimpo, não vacila um segundo: Eu vi os soldados matarem a mulher preta. Jogaram ela e um garoto que vendia picolé na água. Jogaram uma parte dos corpos dentro dos expressos (caminhões) da Transbrasileira e o resto dentro de um carro preto. Ângelo ficou escondido no meio do capinzal e assistiu quando os carros encostaram de ré e os corpos foram levados. Para onde? Essa é a pergunta feita por todos”. (Boletim Nacional da CUT, 1988, p.14)

Para Wilson Faval, coordenador da Defesa Civil, os corpos foram ocultados e poderiam está até enterrados no quartel da polícia, pois para ele, isso se torna fácil numa área como essa. Um pescador do Bairro São Félix, disse para Faval que viu dezesseis corpos serem levados pelo barco dos policiais. Além disso, um médico que não quis se identificar afirmou que foram localizados 32 corpos e esse número pode ser ainda maior.

No entanto, José Luiz Serrano Brasil, médico legista do Instituto Médico Legal, afirmou que apenas dois corpos passaram pela fundação SESP e repete dez vezes essa mesma afirmação para a reportagem. Essas repetições do médico, possibilitou pensar-se que sua versão poderia ser duvidosa, pois o Brasil sendo um país democrático, nem o Governo e nem a justiça gostariam de ser mal vistos pela sociedade, não queriam carregar essa “mancha”.

“Já José Luiz Serrano Brasil, médico legista do Instituto Médico Legal de Marabá, disse que viu apenas dois corpos, e repetiu mais de Dez Vezes: Oficialmente são dois corpos, oficialmente são dois corpos, oficialmente...”.(Boletim Nacional da CUT, jan/fev, 1988, p.14)

No subtítulo: “O rastro de violência da Polícia Militar”, com a ordem para desobstruir a ponte, feita por Hélio Gueiros, os quatrocentos policiais do 4º Batalhão da PM e o Batalhão de choque de Belém se posicionaram de forma estratégica, nos dois lados da ponte (saídas). E com o sinal para iniciar a desobstrução, começaram a tirar a força todos os garimpeiros que estava sobre a ponte rododiferroviária no rio Tocantins. Os garimpeiros foram de encontro com a polícia cantando o Hino Nacional.

Isso ocorreu, porque a polícia além de cumprir uma ordem, queriam se vingar dos garimpeiros, pois nunca tiveram uma boa relação no garimpo de Serra Pelada. “Os policiais nunca foram persona grata dentro do garimpo de Serra Pelada”(Boletim Nacional da CUT, jan/fev, 1988, p.14). Os policiais foram expulsos do garimpo da Serra em outubro de 1986, por causarem muitas violências, como mortes e corrupções, além de outros problemas na Serra.

Um garimpeiro foi morto dentro da cava na Serra e por esse motivo os outros garimpeiros atearam fogo na cadeia, nos alojamentos dos policiais e na Sede da Coogar (Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada), pois o presidente da Coogar deixou um “rombo” de milhões de cruzados para os garimpeiros pagarem. Devido a todos esses acontecimentos, “a polícia não voltou mais para a Serra”. (Boletim Nacional da CUT, jan/fev, 1988, p.14)

No Subtítulo: “Vimos a mulher sendo jogada da ponte”, questiona-se: “Dois, 16 ou 32 mortos? Essa dúvida que persiste quanto ao saldo do massacre continua sem resposta” (Boletim Nacional da CUT, jan/fev, 1988).

A partir das falas de algumas testemunhas, pode-se perceber que muitos garimpeiros morreram nesse massacre. Wilson Faval, Coordenador da Defesa Civil de Marabá, afirmou para o jornal “O Liberal” que viu quatro corpos na ponte.

Faval diz para o jornal que sempre tentou procurar soluções para os manifestantes, como água. Aproximadamente por volta de 18h00min, foi para o local da comida para apura algumas informações, depois com seus companheiros foram para a saída no momento em que a desobstrução “ação” policial começou. Eles ficaram sem ação neste momento “pasmos”.

Segue abaixo um trecho de seu depoimento para o jornal:“Na primeira instância ficamos perplexos, empatados, a angústia fechou as nossas gargantas, não conseguimos falar, nossos gritos pareciam pequenos perto de gritarias generalizadas”. (Boletim Nacional da CUT, jan/fev, 1988, p.15)

O coordenador continua informando que os garimpeiros jogaram pedras e assim começaram os tiros da polícia para todos os lados, como também a bombas de gás. Os soldados se apropriaram da área e corriam. Uma manifestante chamada Alzira, mandava os manifestantes

se abaixarem e outros cantavam o Hino Nacional. Faval viu uma mulher baixa vestida com roupa branca, ser ferida e jogada da ponte, ele até tentou ajudá-la, mas não conseguiu. Um outro rapaz que comia sentado na cerca da ponte, também foi morto e caiu.

“Os garimpeiros jogaram algumas pedras e começou a balaceira, bombas de gás e mais tiros. Os soldados se possessionavam da área, corriam. D. Alzira pedia que todos se jogassem no chão, alguém cantava o Hino Nacional, vimos cair uma mulher de estatura baixa com roupas brancas, tivemos a intenção de correr para ajudá-la, estava ela ferida e vimos quando era suspensa e jogada por cima da cerca de segurança da ponte, um rapaz que minutos antes estava comia sentado na cerca, também caiu, e tudo se tornou uma loucura”. (Boletim Nacional da CUT, jan/fev, 1988, p.15)

Faval acompanhado de sua equipe voltou para a prefeitura, passou pelo Sesp para ajudar em algumas questões de saúde, se direcionou para a sala de emergência, onde estava um médico chamado Sinibu com duas enfermeiras atendendo uma pessoa na maca. Essa pessoa o médico disse que havia falecido naquele instante. Eles voltaram para a ponte e ao passar pela ocupação conhecida como Coca-Cola, viu corpos atirados no chão, ao se aproximar desses corpos foi impedido.

“No caminho passamos pelo Sesp para tomar providências na área da saúde... Fui direto à sala de emergência, o doutor Sinibu atendia uma pessoa na maca juntamente com duas enfermeiras. O doutor me disse: ‘Este morreu neste instante’...Sai novamente na rua... voltei para a ponte e na frente da Coca-Cola vi quando quatro corpos estavam estirados no chão, tentei chegar perto mas não me foi permitido...”. (Boletim Nacional da CUT, jan/fev, 1988, p.15)

Encaminhou-se para a prefeitura, chegando no local, “estavam o prefeito, o Sr. Marabuto, jornalistas e representantes da Polícia Federal”(Boletim Nacional da CUT, jan/fev, 1988). Nesse local Faval presenciou o Sr. Nelson Marabuto contando para a Sra. Vice prefeito que os garimpeiros foram saqueados. Os policiais pegaram todos os pertences valiosos dos garimpeiros e agiram com extrema violência.

“...Voltei para a prefeitura, estava o prefeito, o Sr. Marabuto, Jornalista e representantes da polícia Federal...Marabuto contou para a Sra. Vice-prefeito os fatos que ele presenciou quando a polícia saqueou os garimpeiros, tirando jóias, relógios e dinheiro e atuando com extrema violência...”.(Boletim Nacional da CUT, 1988, p.15)

Ao voltar para o SESP novamente, Faval viu uma camionete chegar com vinte feridos, pois estes haviam sido baleados, queimados pelas bombas e agredidos pelos policiais. Algumas perguntas foram feitas a alguns homens a saber: “O que vocês viram?”. Um homem respondeu que estava tomando banho no rio e viu as pessoas caindo, também viu um rapaz que caiu na água e saiu nadando, sentando-se logo em uma pedra. Um policial o avistou, gritou-o para se retirar do local e o acertou uma pedra, provavelmente aquele rapaz tenha morrido. Com esse depoimento e com tudo o que aconteceu, Faval retornou para casa com um sentimento de impotência.

“Voltei ao Sesp, nesse momento chegou uma camionete com 20 feridos de bala, queimados pelas bombas, espancados, etc. Falei com eles: ‘O que vocês viram’ responderam: - Eu estava tomando banho no rio quando aconteceu, vi muita gente caindo, um rapaz caiu na água e saiu nadando, sentou em uma pedra e o soldado gritou ‘sai dai’ e jogou uma pedra que bateu no menino, eu acho que morreu...As 4h da madrugada voltei para casa com a sensação de impotência ante os fatos...”.(Boletim Nacional da CUT,jan/fev,1988, p.15)

No Subtítulo: “A polícia responde: isso o bicho comeu...”, há algumas suspeitas de que os corpos dos garimpeiros foram levados para outros estados. Podem até sido enterrados em pequenos cemitérios no interior do estado do Maranhão. Para Faval, “nessa região é fácil de sumir corpos”. O coordenador da polícia Civil em Marabá, continua dizendo que foram encontrados dezoito corpos em uma estrada entre a cidade de Marabá e Xinguara.

Uma enfermeira chamada Nazaré Chaves citada na reportagem, foi reconhecida por um policial à paisana, que a fez várias indagações sobre os garimpeiros sobreviventes. No momento que esta enfermeira perguntou sobre os corpos desaparecidos, a única coisa que o policial falou foi seguinte: “isso o bicho comeu”.

“São grandes os rumores de que os corpos dos garimpeiros massacrados na ponte rodoferroviária sobre o rio Tocantins podem ter sido levados para fora do Estado do Pará. Há fortes suspeitas de que tenham sido sepultados em algum cemitério de pequenas cidades do interior maranhense...Wilson Faval, coordenador da Defesa Civil em Marabá, garante que na região é fácil de sumir corpos. Ele conta que de uma só vez foram encontrados numa estrada vicinal entre Marabá e Xinguara, dezoito corpos. E a enfermeira Nazaré Chaves ficou muito chocada quando policial à paisana a reconheceu e fez uma série de perguntas sobre os garimpeiros que sobreviveram à tragédia. Quando ela quis saber o destino dos mortos que ficaram em cima da ponte e ele respondeu: “isso o bicho comeu”. (Boletim Nacional da CUT,jan/fev,1988, p.16)

Para Faval é bem provável que o bicho comeu. Nessa região, esses conflitos são comuns. Um outro acontecimento, tendo em vista um conflito fundiário, ocorreu em 1985, o pistoleiro da Teresona comandou um grupo de jagunços para sequestrar e matar três posseiros da área do castanhal Dois irmãos. Quase um ano depois, esses corpos foram descobertos, o delegado de São Geraldo do Araguaia fez uma Sindicância em um outro castanhal pertencente ao mesmo dono do castanhal Dois irmãos e neste local encontrou as ossadas dos posseiros. Outros pistoleiros contaram passo a passo como tudo ocorreu.

“De fato não é difícil que o bicho tenha comido os corpos dos garimpeiros. Os conflitos fundiários são frequentes na região. Em 1985, o Pistoleiro da Teresona liderou um grupo de Jagunços que sequestrou três posseiros da área do castanhal Dois Irmãos, do fazendeiro Almir Moraes. Quase um ano depois, o delegado distrital de São Geraldo do Araguaia foi fazer uma sindicância no castanhal Fortaleza, o mesmo dono do Dois irmãos, e lá encontrou umas ossadas, como alguns ainda tinham vestígios de roupas e botinas, chamou as mulheres dos três trabalhadores sequestrados e não foi difícil identificá-lo”. (Boletim Nacional da CUT,jan/fev,1988, p.16)

No Subtítulo: “As reivindicações e o jogo de interesses”, defende-se que a manifestação dos Garimpeiros sobre a ponte rodoferroviária no rio Tocantins, ocorreu porque os garimpeiros queriam ser valorizados, respeitados e ter melhores condições de vida no garimpo. A ponte foi um ponto estratégico para os garimpeiros, pois por essa ponte passavam caminhões, ônibus e os trens que transportavam o minério. A princípio a mais prejudicada na história dessa interdição seria a Vale, esta era conhecida como “a gata”, “expressão utilizada na região para designar empreiteiras e empresas que roubam o trabalhador”.

“O que levou os garimpeiros de Serra Pelada a interditarem a ponte rodoferroviária sobre o rio Tocantins, na madrugada do dia 28 de dezembro do ano passado, foi a necessidade de um imediato rebaixamento dos barrancos de onde é extraído o ouro, a urbanização da cidade de Serra Pelada; liberação pelo Banco Central do dinheiro correspondente à retenção do paládium (ouro branco); modernização do método de avaliação do ouro pela Caixa Econômica Federal; até a aquisição e implantação de um sistema de bombeamento hidráulico da água que se acumula no fundo da cava. A ponte de tem 2.310 metros de extensão. Por ali, trafegavam centenas de caminhões, ônibus e os trens da Companhia Vale do Rio Doce, conhecida como ‘a gata’, expressão utilizada na região para designar empreiteiras e empresas que roubam o trabalhador”. (Boletim Nacional da CUT, jan/fev, 1988, p.16)

A Companhia vale do Rio Doce não era vista com “bons olhos” pelos garimpeiros, era uma inimiga, pois ela ameaçava a permanência dos garimpeiros na área do garimpo. Anteriormente a essa manifestação, os garimpeiros fizeram uma manifestação sobre a ponte Cacau na rodovia Belém-Brasília próximo ao município de Imperatriz(MA). Permaneceram no local, e saíram satisfeitos com o resultado, pois o presidente da época Figueiredo, aprovou continuação dos trabalhos manuais por mais quatro anos. Mesmo com essa aprovação, a Vale por ter direitos em relação as terras, “exigiu US\$ 60 milhões pagos em quatro parcelas”. Essa situação desagradou os garimpeiros.

“A vale é vista como a principal inimiga dos garimpeiros porque é ela que detém a concessão do ouro de Serra Pelada. Quando ela quis retomar o garimpo, em 1984, a explosão foi imediata. Os garimpeiros ocuparam a ponte sobre o rio Cacau na rodovia Belém-Brasília, à altura do município de Imperatriz (MA). E só saíram de lá quando o governo Figueiredo deu meia-volta e assegurou a permanência da lavra manual por mais quatro anos. Mas a Vale não deixou por menos e exigiu US\$60 milhões pagos em quatro parcelas, o que irritou os garimpeiros”.(Boletim Nacional da CUT, jan/fev, 1988, p. 16)

Já esta manifestação sobre a ponte na cidade de Marabá não foi da mesma forma. Tudo isso resultou em mortes, espancamentos, feridos e repressão. Eles conseguiram apenas uma liberação de Cz\$ 70 milhões para um mini-rebaixamento, mais isso não foi o suficiente para continuarem operando. Segundo Fernando Marcolino, presidente do Sindicato dos Garimpeiros de Marabá, essa manifestação era para ocorrer apenas dia 5 de janeiro de 1988, essa antecipação era inesperada pelo Sindicato.

“O saldo da última manifestação não foi favorável. Além da tragédia que resultou em mortes, feridos (26 ao todo), espancamentos e muita repressão, os garimpeiros só conseguiram a liberação de uma verba de Cz\$ 70 milhões destinadas a um mini--rebaixamento que vai retirar 100 mil metros cúbicos de terras de terras, quando a necessidade é de se remover pelo menos 5 milhões de metros cúbicos. Fernando Marcolino Guimarães, presidente do Sindicato dos Garimpeiros de Marabá, diz que houve uma manipulação. Ele conta que tudo fôra acertado para que o protesto fosse feito no dia 5 de janeiro deste ano. E que a manipulação apanhou de surpresa muita gente e até os membros mais ativos do sindicato”.(Boletim Nacional da CUT,jan/fev,1988, p.16)

Victor Hugo Rosas é apresentado como responsável por essa manipulação, ele tem uma forte ligação com Polícia Federal e mantém um regime na Serra Pelada semelhante ao de major Curió. Todas as pessoas que entrassem na Serra eram revistadas, esse serviço era feito não só pela Polícia Federal, como também pelos próprios garimpeiros. Diante disso, pode perceber uma hierarquia, os donos dos barrancos, era a classe dominante, já a classe média era composta por donos de meia-praça e fornecedores, a classe baixa era composta por pessoas chamadas no garimpo de “formiga”, eles carregam os sacos de terras para fora da lavra e não tinham nenhum direito trabalhista.

“Victor Hugo é acusado de ser muito ligado à Polícia Federal, que mantém na Serra um regime quase semelhante ao implantado pelo ‘Major Curió’, ex-agente do SNI em 1980. A ideia que se tem do garimpo ainda é de um campo de concentração mais frouxo. Qualquer pessoa para entrar na Serra, tem que passar por uma revista numa barreira. Só que agora não são apenas os agentes do departamento da Polícia Federal que fazem o serviço. São os próprios garimpeiros da ‘Polícia Melexete’ e da ‘Polícia Mirim’, organizadas e estimuladas pela Polícia Federal. E é nesse caldeirão que fervilham os interesses do garimpeiros-patrões e dos garimpeiros-empregados. Os donos dos barrancos constituem o setor da classe dominante. Controlam e decidem quase tudo no garimpo. A classe média são os meias-praças ou fornecedores. São aqueles que financiam os garimpeiros pobres que conseguiram ganhar um barranco. E os formigas são a base da pirâmide,os que carregam sacos de terra nas costas, ganham por dia e não são aparados por qualquer direito trabalhista”. (Boletim Nacional da CUT,1988, p.17)

No Subtítulo: “Patrão e empregado marcam ponto na boca do barranco”, explica-se que a função dos trabalhadores é distribuída da seguinte forma: os donos de barranco financiam os equipamentos de trabalho, os meia-praça tem direito em uma boa parte do ouro extraído e os diaristas, que trabalham e somente recebem o que produzem dos seus carregamentos de terra.

“A divisão social de trabalho em Serra Pelada é inusitada. Existem os donos de barranco, que financiam os instrumentos; os meia-praça, que têm direito a uma grande porcentagem sobre o ouro extraído; e os diaristas, que ganham de acordo com o que produzem carregando os cascalho”.(Boletim Nacional da CUT,jan/fev,1988,p.17)

Não havia na Serra uma divisão justa do ouro, pois quando era encontrado muito ouro em um barranco, ele era dividido apenas entre os donos do barranco e os meia-praça. Os

diaristas eram considerados trabalhadores autônomos e os donos de barranco em sua maioria, não gostavam de ser chamados de patrão.

“Quando um barranco ‘bamburra’, só os donos de barranco e os meia-praça participam da divisão do bolo. Os diaristas, embora não participem como sócios do empreendimento, não são considerados empregados e sim trabalhadores autônomos. Os donos de barranco, em geral, não gostam de ser chamados de patrão. Pelo menos ao darem entrevistas”.(Boletim Nacional da CUT, jan/fev, 1988, p.17)

No subtítulo: “Despreparo dos soldados”, em um depoimento para o Boletim nacional da CUT, o deputado Arnaldo Moraes (PMDB-PA), diz que tudo isso aconteceu por causa do despreparo da PM do estado e a “ação de provocadores”. É dito que na Nova República “as vítimas são os culpados”, além disso, no Brasil todas as manifestações com termos trágicos têm ocorrido com frequência, pois para o governo, a única solução para que a situação seja resolvida, é a intervenção policial.

“O movimento que culminou na morte de garimpeiros pela desobstrução violenta da PM Estadual foi resultado da ação de provocadores e de despreparo dos soldados, afirmou o deputado Arnaldo Moraes (PMDB-PA), ex-secretário de segurança do Pará na gestão Jáder Barbalho. Como já é comum na Nova República, as vítimas são os culpados. E por ironia, embora reconhecendo que ‘desfechos trágicos por interferência da PM, lamentavelmente, não tem sido raros na história de nosso País’, Moraes concluiu: ‘isso só mostra que os soldados da PM são despreparados, ninguém pode controlar os soldados’. E de espantar tamanho cinismo, ainda mais vindo de um constituinte, em discurso no Congresso Nacional”.(Boletim Nacional da CUT, 1988, p.17)

Para Arnaldo neste caso não se tem o que apurar, pois é perceptível que houve provocações e um despreparo da parte da PM, por este motivo o governador não abriria um inquérito.

“Arnaldo vai mais longe: ‘é claro que o governador não vai abrir um inquérito para apurar o caso, pois ele sabe que nada há a apurar, que os acontecimentos foram frutos das provocações e também do despreparo dos soldados’. Talvez seja por essa máxima que na época em que esteve à frente da Secretaria de Segurança do Estado (1983/1985) assistiu-se a um dos mais violentos períodos da história do Pará”.(Boletim Nacional da CUT, 1988, p.17)

No subtítulo: “Entre ouro e miséria, servidão e ilusão”, Wálter Barelli, diretor técnico da DIEESE, em maio de 1984, afirmou que a Serra Pelada é um lugar onde está presente um “acabado capitalismo selvagem”. Isso não pelo fato de estar presente no meio da floresta amazônica, mas sim por ter pessoas gananciosas, cheias de ambição e como ele diz: ‘cheias de direitos’. Essas pessoas são os donos dos barrancos.

Neste ano de 1984 em que o coordenador se pronunciou desta forma, o garimpo estava com ordem de fechamento para trabalhos de forma manual. Apesar dos donos falarem que todos

eram considerados sócios apenas poucas pessoas ficavam com parte do ouro “leão”. Os trabalhadores com ansiedade para encontrar mais ouro, se submetia a contínuos trabalhos esforçados e assim eles estavam sujeitos a desgastes físicos e a doenças. O trabalho era a céu aberto, eles não tinham equipamentos de segurança, não tinham uma boa alimentação comiam apenas “ovos com arroz ou charque assado com chibé de farinha d’água”.

“Serra Pelada é o exemplo mais acabado do capitalismo selvagem. Não por estar dentro da Selva amazônica, mas porque tem os senhores de todos os direitos, que são os senhores de barranco, e o último resquício do servo da gleba. A afirmação é do diretor técnico do DIEESE, Wálter Barelli, feita em maio de 84, período em que a lavra manual na Serra estava ameaçada de fechamento. E de fato, em Serra Pelada a relações de trabalho são pré-capitalistas, em pleno fim do século XX Não é clara figura do patrão e do empregado: enquanto os donos de barranco afirmam que ‘todos são sócios’, uns poucos apenas ficam com parte do leão. Na ânsia de produzir mais, trabalham muito além de sua capacidade física e acabam, por isso, sofrendo forte desgaste e propensos a contrair as muitas doenças comuns na região. O trabalho é feito em céu aberto, sem a utilização de qualquer equipamento de segurança do trabalho. A alimentação é insuficiente e inadequada: ovos com arroz ou charque assado com chibé de farinha d’água”.(Boletim Nacional da CUT,jan/fev,1988, p.18)

Na reportagem é descrito que Serra Pelada é uma cidade e possui aproximadamente duzentos mil habitantes. Residem nessa cidade, pessoas do estado do Maranhão e do estado do Goiás. No garimpo era proibida a entrada de mulheres, somente foi liberada em 1986, mas apesar dessa regra (lei), estão presentes na Serra mulheres solteiras, que vivem sem família. As condições de vida na Serra também era precária. As casas dos garimpeiros era “barracos miseráveis”, não tinha luz e nem água encanada. Ele retiravam a água de uns grotões.

Os seus barracos eram estruturados da seguinte forma: um pote para guardar água; alguns bancos de madeira; rede; fogão improvisado com duas pedras; pratos e canecas de plástico ou alumínio.

O único lazer que eles tinham era o cinema, onde eram exibidos filmes pornográficos e a área de prostíbulo chamada de “Troca-Tapa”. Esses lugares eram próximos da sede do garimpo. Outro assunto tratado nessa reportagem, é a importância de não falar o número de barrancos que possui, pois o sindicato também tinha o dever de exercer a “Justiça social”, como se fosse para eliminar a desigualdade.

“Nos barrancos onde moram, os únicos pertences não passam de um pote de água, alguns bancos de madeira, a rede, um fogão improvisado com duas pedras, pratos e canecas de plástico ou alumínio pendurados entre as frestas das paredes do barraco. O lazer na Serra é o cinema, invariavelmente de filmes ‘pornô’, e a busca de companhia feminina, para os que ainda possuem família, no ‘Troca-Tapa’, como é conhecida a área dos prostíbulos, que ficam a menos de dois quilômetros da sede do garimpo. Ninguém se atreve a declarar o número de barrancos que possui. O sindicato para eles, embora patronal, é tido como instrumento de ‘justiça social’”. (Boletim Nacional da CUT,jan/fev,1988. P.18)

2.3 O ponto de vista da mídia nacional: Jornal Folha de São Paulo, publicado em 1988

2.3.1 Título: Governador do PA acusado de massacrar garimpeiros

Nesse texto, afirma-se que Nelson Marabuto, assessor do ministro do interior João Alves, acusou o governador Hélio Gueiros de ter causado o “massacre” na ponte sobre o rio Tocantins na cidade de Marabá. E isso ocorreu, porque os garimpeiros com suas famílias estavam interditando a ponte, mediante essa atitude a única solução escolhida pelo governador do Pará, foi acionar os PMs para retirarem todos os que estavam interditando a ponte.

“O assessor do ministro João Alves(interior) e presidente da junta interventora da Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada, Nelson Marabuto, acusou ontem o governador do Pará, Hélio Gueiros, de ter promovido ‘um verdadeiro massacre’ contra os garimpeiros de Serra Pelada e suas famílias. Segundo Marabuto, a ação da polícia militar para a desobstrução da ponte rodoferroviária sobre o rio Tocantins (próxima a Marabá, leste do Pará), bloqueada pelos garimpeiros desde a madrugada da última segunda-feira, foi ‘repleta de truculências’. A intervenção da PM foi ordenada por Gueiros na terça-feira”.(Folha de São Paulo,1988)

Marabuto, em Brasília, informa que muitos garimpeiros foram mortos, além dos três que foram registrados oficialmente. Além disso, afirma que a Polícia Federal na apuração dos fatos observou e constatou que cem garimpeiros estavam desaparecidos. Já para o assessor do ministro diz que esses garimpeiros estão mortos e no meio dos PMs estavam presentes grupos de extermínio, esses por sua vez, estavam colocando os corpos dos garimpeiros dentro de Kombis para que a PF não tivesse acesso a esses corpos, esse grupo foi visto por outros garimpeiros que sobreviveram aos ataques da Polícia Militar.

“Marabuto disse, em Brasília, estar convencido de que o número de mortes não se restringe às três oficialmente registradas até agora. Segundo ele, a Polícia Federal já constatou o desaparecimento de mais de cem garimpeiros, muitos dos quais, na sua opinião, estão mortos. O assessor do ministro do interior disse que soldados da PM (formada por grupos de extermínio) foram vistos por diversos garimpeiros recolhendo cadáveres em Kombis, para que não fossem achados pela PF”.(Folha de São Paulo,1988)

Para o representante do Ministério do Interior, essa interferência da PM foi desnecessária, pois ele em parceria com o representante do governo, o Deputado Federal Asdrúbal Bentes (PMDB) estava na Serra tentando entrar em acordo com os garimpeiros que ali estavam. Eles conseguiram entrar em acordo, com dezesseis itens escolhidos pelos garimpeiros. Alguns dos principais itens são:

- O mini-rebaixamento da cava do garimpo, em 250 mil metros cúbicos de terra, pago pelo Governo Federal;
- A aquisição de um sistema de água;
- A urbanização de Serra Pelada;

- Dinheiro para a aquisição de equipamentos;
- Readmissão de 50 mil companheiros desempregados.

“Segundo Marabuto, a interferência das tropas de choque da PM era desnecessária, porque os líderes dos garimpeiros já haviam assinado um acordo de dezesseis itens com ele, na condição de representante do ministério do interior e com o governo representado pelo deputado federal Asdrúbal Bentes(PMDB). Os principais itens do acordo são o mini--rebaixamento da cava do garimpo, em 250 mil metros cúbicos de terra, pago pelo governo federal; a aquisição de um sistema de bombeamento de água; e urbanização de Serra Pelada”.(Folha de São Paulo, 1988)

Feito o acordo com os garimpeiros, Marabuto se direciona para a Cooperativa dos garimpeiros em Marabá, para providenciar os envios das máquinas pedidas pelos garimpeiros para a Serra, no entanto, às 16h00min recebe uma ligação do prefeito de Marabá Hamilton Bezerra, informando desesperado que o governador autorizou os PMs a desobstruírem a ponte em uma hora. Marabuto tentou entrar em contato com o governador, mas ele não estava em seu gabinete, também tentou negociar o prazo para a desobstrução da ponte com assessores de Gueiros, mais não conseguiu. Por esse motivo, o representante se direcionou ao local da interdição, mas quando chegou no local, a desobstrução já tinha ocorrido.

“Depois de firmado o acordo, às 16h de terça-feira, Marabuto disse que estava na Cooperativa providenciando o envio de máquinas para o rebaixamento do garimpo quando recebeu um telefonema do prefeito de Marabá, Hamilton Bezerra, ‘Ele estava desesperado, afirmando que o governador tinha mandado a polícia desobstruir a ponte’. Marabuto declarou que tentou falar com o governador, mas ele não estava no gabinete nem no palácio do governo. Então tentou negociar mais uma hora de prazo com assessores de Gueiros, que não deram resposta definitiva, Marabuto disse que seguiu então para a ponte com agentes da Polícia Federal e com lideranças dos garimpeiros, mas quando chegaram a PM já tinha agido”.(Folha de São Paulo,1988)

Demais, Marabuto continua relatando que “a estratégia das tropas de choque, que contavam com quatrocentos homens, contraria todas as técnicas de dissolução do conflito”, pois todos esses soldados agiram de forma brutal e grosseira para com os manifestantes. Eles fecharam os dois lados da ponte(saídas), para impedir que os garimpeiros conseguissem sair do local, utilizaram fuzis para ameaçar e atirar nos manifestantes, como também bombas de gás lacrimogênio. Marabuto também relata denúncias de garimpeiros sobre o caso da mulher grávida, que recebeu um tiro na testa a queima roupa e que em seguida foi jogada no rio Tocantins.

2.3.2 Título: *Massacre no garimpo*

O delegado Wilson Alfredo Perpétuo diz que “a PM praticou um verdadeiro massacre”, essa foi a sua opinião descrita em um documento, no qual apresenta os resultados de sua investigação encaminhada à Polícia Federal.

“A PM praticou um verdadeiro massacre. Esta é a opinião do delegado Wilson Alfredo Perpétuo em documento encaminhado à Polícia Federal, relatando o resultado de investigações sobre os conflitos ocorridos entre garimpeiros de Serra Pelada e policiais militares, no último dia 29”.

Um dia anterior a esta publicação, a “Folha” revelou as conclusões do relatório, relatando que as atitudes da polícia em assassiná-los coletivamente foi a única “solução” para retirar a “obstrução pacífica” dos garimpeiros, que estavam apenas querendo melhores condições de vida. Outro fato relatado, foi audácia da polícia em atirar balas ofensivas nos manifestantes que estavam desarmados.

“Reveladas ontem pela **Folha**, as conclusões do relatório expõem à opinião pública a perspectiva de que um brutal assassinato coletivo tenha sido a forma encontrada pela **PM** para ‘solucionar’ a obstrução pacífica de uma ponte, que tinha o objetivo de precipitar uma negociação com o governo em torno das condições extremamente precárias em que vivem 80 mil pessoas na região do garimpo. Não é outra coisa que se conclui do relato, que afirma ser ‘praticamente certo que as tropas de Marabá dispararam sobre os garimpeiros’ - desarmados”.

A ação policial é considerada muito importante para manter “a ordem pública e assegurar o cumprimento da lei” no entanto, todos os que causaram estas mortes devem ser punidos.

3 ANÁLISES

Para essa análise, selecionamos a notícia intitulada “Movimento dos garimpeiros termina em pânico e mortes”, publicada pelo jornal Correio do Tocantins, em janeiro de 1988. Essa notícia faz parte do arquivo de jornais impressos da Fundação Casa da Cultura. O jornal descreve os fatos da seguinte forma: apresenta o ano em que aconteceram esses fatos (1987), os participantes (garimpeiros, Polícia Militar, Soldados do 2º Bis de Belém), o local, as reivindicações dos garimpeiros e as falas de alguns participantes deste “massacre”.

Como referencial teórico, utilizaremos elementos da Teoria Semiolinguística, de Charaudeau (2001), além dos padrões de manipulação da imprensa, segundo Perseu Abramo (2003).

Entendemos que o texto jornalístico, em especial o gênero notícia, tem como objetivo principal informar, além disso está presente no cotidiano e pode ser encontrado nos diversos meios de comunicação, impresso ou digital. Suas principais características são: pode ser descritivo ou narrativo, é relativamente curto, possui linguagem *pretensamente* formal, clara e objetiva, possui títulos sendo estes principais ou auxiliares, em sua maioria são produzidos de

forma impessoal em 3º pessoa, transmite fatos reais, atuais e cotidiano e faz uso de discurso direto e indireto.

3.1 Apresentação da notícia

A notícia selecionada já foi apresentada no capítulo anterior, portanto, mostramos aqui um breve resumo dos acontecimentos. O “Massacre da ponte” ocorreu em 29 de dezembro de 1987, no município de Marabá no Pará, em virtude de um protesto dos garimpeiros da Serra Pelada que reivindicavam melhores condições de trabalho e continuação dos trabalhos na área do garimpo. Segundo o jornal Correio do Tocantins teve uma duração de 15 minutos e foi praticado por soldados do batalhão de choque de Belém. Esse batalhão se deslocou de Belém para Marabá por ordens do governador Hélio Guerras, pois queria que a situação fosse resolvida imediatamente.

Antes de enviar o batalhão de Belém, o governador Gueiros havia telefonado para a prefeitura de Marabá ameaçando e dando um prazo para a desobstrução da ponte, caso contrário iria enviar o batalhão de choque da capital, como fez horas depois. Esses soldados estavam equipados com revólveres, carabina, metralhadoras e bombas de gás lacrimogêneo, no entanto, os garimpeiros estavam apenas com seus equipamentos de trabalho.

Conforme dados colhidos no Hospital da Fundação SESP pelo Jornal Correio do Tocantins, apenas dois cadáveres se encontravam no hospital, um de identidade desconhecida e o outro José dos Santos, com idade de 32 anos, natural de São Pedro da Água Branca (PA). Mas também são apresentados os nomes de vários desaparecidos.

Depois do ocorrido, vários repórteres tentaram entrevistar Nelson Marabuto, mas ele não quis se pronunciar, apenas deixou claro a sua indignação ao dizer: “se fosse falar, seria para dizer que o governador de vocês é um monstro”.



Figura 1. Jornal Correio do Tocantins
 Fonte: Fundação Casa da Cultura

3. 2 Análise semiolinguística: os sujeitos do discurso

Charaudeau, em sua teoria Semiolinguística, dispensa as regras gramaticais e o léxico para focar-se apenas no objeto central o “discurso”. A linguagem é manifestada no homem e ela lhe atribui poder. Esta pode ser construída e reconstruída em suas interações cotidianas. (p.236)

Cada ato de linguagem ocorre conforme certas condições de e conforme os conhecimentos que os agentes sociais, locutores e interlocutores, possuem não só para codificar ou decodificar signos linguísticos, mas principalmente para compreender a situação do ato da linguagem, para organizar a encenação desse ato, para construir sentidos por meio dos recursos gramaticais e lexicais disponíveis. (CHARAUDEAU, 2001, p.236)

Para Charaudeau, o discurso é o “texto situado em seu contexto” ou “condições de produção e de reprodução” (2001, p.237). Então os sentidos dos atos de linguagem ocorrem na comunicação ou “interlocução”, entre o falante e o ouvinte ou escritor e leitor. Para a Linguística e a Análise do discurso há uma questão: “será que as condições sociais e históricas podem determinar os sentidos dos enunciados ou o próprio usuário da língua pode subjetivamente imprimir os sentidos em sua fala ao comunicar-se com alguém” (2001, p.237).

Para Nogueira, Charaudeau não se apoia nesse dilema, mas tenta descobrir “a ponte, a mediação entre o plano do sujeito, com suas intenções, preferências em suas interações, preferências e estratégias mais ou menos conscientes, e o plano das estruturas sociais, das coletivas, dos constrangimentos externos” (2001, p.237).

Charaudeau propõe “dois conceitos teóricos” para conciliar as estruturas objetivas e subjetivas do falante-ouvinte em suas práticas discursivas, a saber: o contrato de comunicação e a estratégia discursiva. Segundo ele, o contrato de comunicação deve ocorrer com a presença de “parceiros”, estes deverão compreender que são sujeitos no ato da linguagem, como também deverão compreender sobre o que será falado e a sua finalidade. Devido a este contrato mantido entre os sujeitos, ocorrerá entre as partes uma certa limitação no que irão falar.

“Quando o cliente diz: Por favor, eu quero uma caipirinha, o garçom jamais vai lhe trazer uma moça da roça, pois sabe o que o cliente quer dizer com a palavra caipirinha. Tacitamente, entre eles está convencionado que, no ambiente de um bar, caipirinha significa essencialmente uma bebida feita com cachaça, açúcar e limão”. (CHARAUDEAU, 2001, p. 240)

Mediante esta comunicação, pode-se entender que o contrato de comunicação facilitou a compreensão dos sujeitos, assim eles entraram em acordo e o objetivo foi alcançado. Pois como diz Charaudeau, “a noção de contrato pressupõe que os indivíduos pertencentes a um mesmo corpo de práticas estejam suscetíveis a entrar em acordo sobre as representações linguageiras dessas práticas sociais” (2001, p. 241). Charaudeau e Maingueneau explicam claramente que este contrato possibilita a compreensão dos parceiros de forma clara no ato da linguagem, assim eles irão juntos construir sentido.

Já em relação à estratégia discursiva, o sujeito comunicante não quer somente ser entendido, mas irá seduzir ou persuadir o sujeito interpretante. Para Charaudeau, o sujeito

comunicante concebe, organiza e encena as suas intenções, fazendo a assim o sujeito interpretante ser persuadido por sua estratégia” (2001, p. 242)

Nesse sentido, o sujeito predominante no discurso da notícia é o jornalista que descreve os fatos apresentados, como também, os envolvidos nessa tragédia. Ele colhe as suas informações por meio de pessoas que participaram realmente do ocorrido, como o Ministro representante do governo Nelson Marabuto, como também da senhora Eunici, líder das mulheres no garimpo de Serra Pelada e no Hospital Fundação SESP.

Ademais, apresenta o espaço temático, sendo este a manifestação dos garimpeiros sobre a ponte na cidade de Marabá. Além disso, mostra a sua face ao descrever cada fato, como também, ao fazer uma indagação em relação aos direitos dos garimpeiros, mostrando assim, a sua posição e o lado de que está a favor. Segundo Benveniste, “[...] a subjetividade é a capacidade do locutor de se colocar como sujeito”. (BENVENISTE apud CHARAUDEAU, 2001, p. 34)

Segue abaixo o ponto de vista do Eu comunicante:

“A ponte é certo, precisava ser desobstruída. Os garimpeiros têm que ser atendidos em seus direitos. Fica uma indagação: se a violência gera violência, haveria necessidade de tanta violência?”. (jornal Correio do Tocantins, nº164) Essa fala, mostra as marcas do sujeito enunciador, demonstrando assim, que o jornalismo não é neutro.

Desta forma, percebe-se que o jornalista que descreve essa notícia, se apresenta como sujeito comunicante (EUc), “parceiro que detém a iniciativa no processo de interação”, afirma Charaudeau (2001). Esse sujeito encena os três componentes, pois a relação contratual depende destes componentes: comunicacional, psicossocial e intencional. Mas, é “no componente intencional que se integram as hipóteses de saber que este sujeito é levado a construir sobre o sujeito interpretante (TUi)” (p.31).

A partir disso, esse “Eu comunicante” (Jornalista), se preocupa com o que irá informar, pois o sujeito interpretante (público que lê jornais impressos) irá querer saber dos fatos por completo e de forma clara.

Então, a partir do momento que esse sujeito interpretante (TUi) inicia seu processo de interpretação, poderá construir uma interpretação muda ou uma interação qualquer onde irá também utilizar esses três componentes (comunicacional, psicossocial e intencional). Portanto, para Charaudeau, o Eu comunicante precisa saber se o Tu interpretante tem capacidade para fazer. (P.34)

3.3 Estratégias de manipulação

Perseu Abramo caracteriza a imprensa como o modelo do “Espelho Deformado”, aquilo que ela transmite não corresponde ao objeto real, somente “tem algo a ver com o objeto” (ABRAMO, 2003). Abramo informa ainda que o público acredita nessas informações, porque ele é “fragmentado no leitor ou no telespectador individual”, podendo perceber a realidade quando se torna o participante dela. E todas as outras informações ele irá saber se “ler ou ouvir dizer”. O autor continua afirmando, que a “manipulação da informação, nada mais é, do que a manipulação da realidade” (ABRAMO, 2003).

Abramo analisa os padrões de manipulação utilizado pela imprensa, a saber: Padrão de ocultação, Padrão de fragmentação, Padrão de inversão, Padrão de indução e o Padrão global ou Padrão específico do jornalismo de televisão e rádio. No Padrão de ocultação o jornalista escolhe e seleciona o que irá informar, escolherá o “fato jornalístico ou fato não-jornalístico”.

“E as características jornalísticas não dependerão do objeto observado, mais sim de quem o observa juntamente com a relação que possui com o objeto, mas também dependerá do órgão de imprensa, da sua visão de mundo, da sua linha editorial e do seu projeto” (ABRAMO,2003). Assim conclui-se que a realidade passa a ser imaginária, compondo uma realidade artificial criada pela imprensa.

Já o Padrão de fragmentação, ocorre após a escolha do “fato jornalístico e o não-jornalístico”, neste momento os fatos são separados e se tornam independentes, “ficam desligados de seu acontecimento, mas quando são reconectados, não correspondem com a realidade, mas sim a vínculos inventados”. A esse padrão são incluídos duas operações, sendo estes: a seleção de aspectos, “neste momento as partes de interesse são passadas ao público”, e a descontextualização na qual “os fatos são isolados conforme as suas particularidades, perdendo assim o seu significado original e real”. Assim como o Padrão de ocultação, “está presente na pauta, mas de forma evidente e necessária na apuração, na produção da matéria e na edição” (Abramo,2003).

No Padrão de inversão, já com o fato jornalístico escolhido, os fatos mais importantes são selecionados e redirecionados para a posição daqueles menos importantes. Há várias formas de inversão, a saber: Inversão da relevância dos aspectos “o fato secundário, passa a ficar no lugar do mais importante”; Inversão da forma pelo conteúdo “o texto escrito é mais importante do que os fatos”; O frasismo “a frase substitui o fato, e é apresentado como realidade”; O oficialismo “os fatos contados por uma autoridade, também prevalecerá sobre o fato (versão oficial)”; Já a Inversão da opinião pela informação ocorre da seguinte forma “o fato é trocado pela opinião do veículo” (ABRAMO,2003). Este padrão está presente na edição.

No Padrão de Indução, “o leitor é induzido a ver o mundo com o veículo transmite, uma versão inventada, este padrão ocorre na pauta, na produção e na edição”. No padrão Global, a imprensa utiliza os quatro padrões, mas foca na expressão “Global”, permitindo-se utilizar: a Expressão do fato “Mostra os fatos de uma forma menos emotiva e mais sensacionalista”; A “sociedade fala” “ mostra imagens e sons com detalhes de quem participa dos fatos”; “A autoridade resolve “isso ocorre quando o veículo enaltece a voz da autoridade, mostrando a autoridade no controle e em posição satisfatória, mas isso ocorre apenas quando a autoridade apoia o veículo”(Abramo, 2003).

Refletindo sobre mídia e manipulação, observamos que o jornal Correio do Tocantins publica em 1998, fatos que ocorreram no ano anterior, com o seguinte título: “**Movimento dos garimpeiros termina em pânico e mortes**”. O título se encontra em negrito, técnica utilizada para chamar a atenção do sujeito interpretante, no entanto, ao afirmar “Movimento dos garimpeiros” oculta a participação de outros envolvidos e indica que o movimento proporcionou “pânico e mortes”. Abramo (2003) afirma “há uma seleção do que apresentar ao público, logo ele deve apresentar o primeiro e ocultar o segundo.”

O sujeito comunicante (jornalista) também oculta informações ao iniciar sua notícia da seguinte forma: “Segundo informações prestadas à reportagem do **CORREIO DO TOCANTINS**”, logo, o sujeito interpretante poderá fazer as seguintes indagações: quem prestou essas informações? Ou, será que isso é verídico? Ou entenderá que a intenção do sujeito comunicante serviu para proteger a face do participante que prestou as informações. Para Abramo, “toda matéria irá depender do órgão de imprensa, da sua visão de mundo, da sua linha editorial, do seu projeto”.

Ainda mais, o SUC inicia a notícia descrevendo que o ocorrido durou 15 minutos e que essa violenta ação foi praticada por soldados do batalhão de choque de Belém, em seguida, apresenta o número de mortos no Hospital Fundação SESP, sendo apenas três mortos. Pode-se perceber neste início a impregnação do “padrão de inversão”, segundo Abramo, neste padrão ocorre o “reordenamento das partes, a troca de lugares e de importância dessas partes, a substituição de uma por outras”. Para o SUC, foi mais importante iniciar dessa forma, deixando assim, a sequência dos fatos em segundo plano.

Seguidamente, o jornalista em sua notícia descreve as falas de alguns participantes do ocorrido, e para Abramo, isso significa “versão da versão pelo fato: a versão dessas pessoas importa mais do que o fato”, como por exemplo, a fala de Nelson Marabuto representante do governo: “se fosse falar, seria para dizer que o governador de vocês é um monstro”. Como

também, a fala de Dona Eunice, líder das mulheres do garimpo: “lá na Serra não entra político e nem PM”.

Portanto, cabe ressaltar o padrão de indução, pois todos os veículos de comunicação estão sujeitos a este padrão, no qual o sujeito comunicante induz o sujeito interpretante a compreender os fatos da forma que eles foram descritos. Abramo (2003) afirma “o leitor é induzido a ver o mundo não como ele é, mas sim como querem que ele seja. O público é excluído da possibilidade de ver e compreender a realidade e induzido a consumir outra realidade, artificialmente inventada”. Logo, pode-se compreender, que isso acontece desde a apuração dos fatos à sua edição.

3.4 Seleção Lexical do Sujeito comunicante (SUC)

O sujeito comunicante apresenta suas marcas linguísticas ao longo da notícia a começar pelos títulos e subtítulos, a saber:

- “Movimento dos garimpeiros termina em pânico e mortes”.
- “Monstro”
- “PM e Políticos”
- “As reivindicações dos garimpeiros”

A princípio quando o jornalista menciona em seu título “Movimento dos garimpeiros”, compreende-se que os garimpeiros estavam sobre a ponte do rio Tocantins apenas para manifestarem de forma pacífica, mas, continua afirmando “termina em pânico e morte”, ocorrendo neste momento, por parte do (SUC), o silenciamento dos autores que provocaram o pânico e as mortes. Já no subtítulo “Monstro”, o sujeito comunicante se apropria da fala do representante do governo Nelson Marabuto. Esse adjetivo, foi utilizado por ele para caracterizar o governador Hélio Gueiros e mostrar que a sua atitude foi errada e que vários garimpeiros morreram por sua culpa.

Similarmente, o (SUC) apresenta o título “PM e Políticos”, para mostrar algumas ações que eles fizeram na cidade, como o remanejamento dos garimpeiros para a Serra Pelada, indicando que os garimpeiros estavam tirando a paz da cidade e que deveriam voltar para o lugar de onde vieram. Além disso, também mostra a presença do segundo Bis de Belém que veio como um reforço para a polícia local. A partir disso, percebe-se que os garimpeiros eram uma ameaça, não para a comunidade local, mas para o governo, que é o principal interessado nas riquezas de Serra Pelada.

Por conseguinte, o jornalista apresenta o subtítulo “As reivindicações dos garimpeiros”. Quando o (SUC) descreve a palavra “reivindicações”, mostra que os garimpeiros estavam lutando por uma causa, causas que para eles eram de extrema importância para a sobrevivência na Serra. Logo, esse sujeito num dado momento da notícia se apresenta a favor dos garimpeiros. Demais, outras marcas linguísticas estão presentes ao longo de toda notícia com uma determinada finalidade. Segundo Koch, “ocorre quando o locutor tem a intenção de transmitir algo, para alcançar o seu objetivo final, eles podem ser: anunciar, informar, sugerir, pedir, ordenar, desabafar, argumentar, etc.”

Escolhas lexicais presente na notícia:

- “**violenta** ação policial”.
- “**praticada** por soldados”.
- “para que os garimpeiros **desobstruíssem** a ponte”.
- “a **interdição** da ponte”.
- “**ameaça** que foi cumprida horas depois”.
- “soldados **armados**, [...] chegaram ao local de **concentração** dos garimpeiros”.
- “passaram a atirar **desordenadamente**”.
- “Informações prestadas pelos garimpeiros que assistiram ao **desenrolar** dos acontecimentos dão conta de que podem haver mais vítimas **fatais**”.
- “Nelson Marabuto denunciou que vários soldados que, ao comando do tenente Jânio, **saquearam** os garimpeiros **violentamente** em sua presença”.

Além dessas escolhas, também estão presentes no texto alguns elementos coesivos utilizados pelo (SUC), a saber: Segundo (para citação indireta), mas, tanto...quanto, conforme, pois, declarou (citação direta), sentenciou (citação direta). Para Koch, “O papel dos operadores argumentativos em um texto é orientar os enunciados para determinadas conclusões, como também, contribuir para a coesão e coerência do texto. Portanto, esses elementos deixam o texto claro (coesivo), assim o sujeito interpretante terá uma melhor compreensão dos fatos, pois esses elementos mantêm o texto alinhado, as ideias organizadas.

Por fim, o sujeito comunicante(jornalista) escreve de forma coesa e coerente a sua notícia, apresenta o fato como ele é, faz o texto ter credibilidade ao inserir as falas de participantes e faz uso dos padrões de manipulação, induzindo e persuadindo o Sujeito interpretante. Segundo Charaudeau, o sujeito comunicante faz também o uso de “estratégias de captação, que visa sensibilizar o sujeito destinatário/interpretante, interpelado pela via da emoção”, como se observa em “Uma mulher gestante de nome Maria Valdenora de Souza, teria

sido executada covardemente, caindo da ponte rio abaixo, conforme declarou seu marido José Ferreira de Souza, também baleado no braço”. (Jornal Correio do Tocantins, 1988, nº 164) Charaudeau também afirma que ao mencionar essas falas o (SUc), se apropria de “estratégias de credibilidade para validar a veracidade de sua notícia e a sua competência”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho faz referência ao “massacre” que ocorreu sobre a ponte rodoferroviária na cidade de Marabá em 29 de dezembro de 1987. Algumas notícias foram publicadas em 1988, no entanto não teve uma abordagem mais precisa com a realidade dos garimpeiros a posta, pois alguns veículos de comunicações eram aliados ao governo vigente. Apenas o Boletim Nacional da CUT se ateve a mostrar com os fatos pela vista dos garimpeiros participantes do protesto.

Alguns veículos se atem apenas a fazer de seus leitores “marionetes dependentes de um titeriteiro”. Como afirma Abramo, no Padrão de Indução, “o leitor é induzido a ver o mundo como o veículo transmite, uma versão inventada, este padrão ocorre na pauta, na produção e na edição”.

E a notícia alcança a credibilidade quando o meio de comunicação se apropria de falas de pessoas importantes, se apropriando de estratégias que alcance seu público-alvo, seja sensibilizando-o, como Charaudeau também afirma que ao mencionar essas falas o (SUc), se apropria de “estratégias de credibilidade para validar a veracidade de sua notícia e a sua competência” ou de importantes escolhas lexicais.

REFERÊNCIAS

KOCK, Ingedore Villaça. **Escrever e argumentar** / Ingedore Villaça Kock e Vanda Maria Elias, - São Paulo : Contexto 2016, 240 p.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Estudos do discurso: perspectivas teóricas** / organização Luciano Amaral Oliveira. - 1. ed. - São Paulo : Parábola Editorial, 2013.

GEREMIAS DE ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

Paper do NAEA 050, dezembro de 1995, ISSN 15169111;

KERBRAT – ORECCHIONI, Catherine. **Análise da conversação: princípios e métodos**. Tradução Carlos Piovezani Filho. - São Paulo : Parábola Editorial, 2006 – (Na ponta da língua; 16);

Leonor Lopes Fávero, Ingedore G. Villaça Kock. **Linguística textual : uma introdução**.- 9. ed. - São Paulo, Cortez, 2008. (Série gramática portuguesa na pesquisa e no ensino; 9).

MARI, H. et ali. **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte : Núcleo de Análise do Discurso – FALE/UFMG. 2001.

JORNAL CORREIO DO TOCANTINS, 1988, nº 164.

HERMEROTECA. Movimento Sindical Pasta: n 18 / Boletim Nacional da CUT – Jan/Fev de 1988.

ANEXOS



**Cadê o corpo?
O bicho comeu.
Cadê o bicho?
O ouro comprou.
Cadê o ouro?
O banco levou.**

O título lembra uma brincadeira infantil, mas esta é uma história trágica. Fala sobre uma lista de 93 desaparecidos, dezenas de mortos, cujos corpos estão sendo cuidadosamente soterrados num buraco mais profundo do que os cem metros da lavra da Serra Pelada. Uma cratera contornada pela cumplicidade e cavada na montanha do acobertamento dos crimes da ação policial do Estado brasileiro.

Uma enorme manobra de enganação foi montada a partir da chacina. São conhecidas as reivindicações dos garimpeiros e a ocupação que promoveram da estratégica ponte, para forçar uma resposta oficial constantemente adiada. O garimpo virou capa de revista, encheu páginas em matérias que discutiam as contradições do maior garimpo a céu aberto: existe ainda muito ouro? O garimpo deve ser mecanizado? O que fazer com a cidade de 200 mil pessoas em que se transformou aquele pedaço de mata?

Não podemos permitir que este debate venha a encobrir um massacre, consequência da ação da Polícia Militar do Pará, cumprindo ordens do governador do Estado, investiu contra homens, mulheres e crianças desarmadas e resolveu mais uma questão social com a lógica dos trogloditas do século XX: a tiros de revólver, metralhadora e gás lacri-

mogêneo. Não podemos permitir que não haja inquérito oficial e apuração de responsabilidades. Não podemos permitir que as informações oficiais contrariem todas as evidências e que o tempo trate de cobrir declarações cinicas como as do cel. Reinaldo Pessoa, da PM paraense, comandante de operações, para quem "duas mortes são insignificantes numa operação deste tipo".

Sob pena da imbecilização nacional não podemos permitir que os bichos (acobertados pelo ouro) ponham-se a comer os corpos. Pois sabemos que o ouro vai mesmo é para os bancos.

O massacre sobre a ponte do rio Tocantins não pode ficar impune porque a impunidade gera reincidência. A elucidação do que efetivamente ocorreu e quem são seus responsáveis não pode ficar como um lance de sorte de garimpeiro **bamburrado**. É uma obrigação inadiável para que todos nós não tomemos um **blefe**. Se não brearmos agora esta ignominia das autoridades estaduais e federais, outras pontes virão e outros tiros, quem sabe partindo de urutus, venham a sepultar esperanças de muitos outros brasileiros.

Estas oito páginas, com depoimentos e indagações, tratam de impedir que Serra Pelada vá para a história como Canudos: impune. (FP)



Depois do massacre os soldados ainda ficaram na ponte vários dias
12



Escopetas e metralhadoras na ponte
Boletim Nacional da CUT — jan/fev de 1988

“mulher buchuda”. “Ela agarrou no meu braço e saímos correndo. Topamos com a polícia que me deu um monte de cacetada. Quando eu caí, a polícia fuzilou a mulher e jogou dentro do rio”.

Walter Dias, garimpeiro de Serra Pelada desde 1980, relata, emocionado: “Eu vi o sargento que jogou essa mulher no rio. Se eu fosse identificar, eu reconheceria”. Ele não a conhecia do garimpo mas descreve seus traços físicos: era morena e devia ter no máximo 26 anos. Walter disse que o tal “sargento não fez só isso. Ele saiu empurrando mais duas ou três pessoas para a frente. Quando cheguei em baixo tinha dois mortos e não era nenhum dos que vieram para cá (Serra)”. Os mortos eram ambos altos, um moreno tipo caboclo levou um tiro na altura da costela, o outro, sarará, levou um tiro na cabeça.

Roselda Rodrigues de Miranda, 17 anos, grávida de oito meses, conta: “Eu vi um monte de gente pulando da ponte, gritando socorro, com os braços abertos. A água só fazia abrir e fechar. Não dava para contar. Eu estava embaixo da ponte. Uma bala, eles miraram na minha cabeça, mas furou a panela”. Roselda estava ajudando a cozinhar para os garimpeiros que ocupavam a ponte sobre o rio Tocantins.

Mas onde estão os mortos?

Pedro Ângelo de Melo, 44 anos, seis de garimpo, não vacila um segundo: “Eu vi os soldados matarem a mulher prenha. Jogaram ela e um garoto que vendia picolé na água. Jogaram uma parte dos corpos dentro dos expressos (caminhões) da Transbrasiliana e o resto dentro de um carro preto”. Ângelo ficou escondido no meio do capinzal e assistiu quando os carros encostaram de ré e os corpos foram levados. Para onde? Essa é a pergunta feita por todos.

Wilson Favai, coordenador da Defesa Civil de Marabá, fez um relatório sobre o desenrolar dos acontecimentos (leia trecho no box, página 7). Ele levanta a hipótese de que os corpos foram ocultados: “desaparecer um corpo é fácil numa área como esta. Você pode enterrar no quartel. Não estou acusando a polícia, quero dizer que se eu fosse polícia e quisesse ocultar os corpos...” Favai soube, através de um pescador de São Félix, que um barco da polícia levava 16 corpos. O pescador, segundo ele, foi taxativo: “não é boato, eu vi os 16 corpos”.

Um médico, que preferiu não se identificar, chegou a afirmar que, de fato, foram localizados 32 corpos. Favai diz não ter dúvida de que o número de mortos é muito superior ao que está sendo anunciado. “Eu poderia dizer que vi oito corpos e mais o da mulher grávida, o que dá nove no total”.

Já José Luiz Serrano Brasil, médico legista do Instituto Médico Legal de Marabá, disse que viu apenas dois corpos, e repetiu mais de dez vezes: “Oficialmente são dois corpos, oficialmente são dois corpos, oficialmente...”

Essa reiteração exagerada contribui para que a versão de Serrano Brasil seja colocada em dúvida. Pode até ser que ele só tenha feito autópsia em dois corpos, afinal, os outros sumiram. De qualquer forma, o que está em jogo, agora, é o lado ético, tanto da parte dos profissionais de medicina como da Justiça como um todo. Em um país democrático, em que as leis funcionam independente do Estado, o massacre de Serra Pelada não passaria, como parece que está passando, apenas para as páginas da história. Um governo que se preza não admitiria essa mancha em seu currículo. Uma Justiça que se honre, não deixaria os responsáveis impunes.



Miguel Chikoka/F4



Para não morrer assassinado, este garimpeiro jogou-se da ponte e sobreviveu.

11 — Manoel Renato Pinho, o “Ceará”, foi preso e espancado.

O rastro de violência da Polícia Militar

Quando o governador Hêlio Gueiros ordenou a desobstrução da ponte sobre o rio Tocantins, os 400 policiais do 4º Batalhão da Polícia Militar e mais o pelotão de choque que seguiu de Belém postaram-se dos dois lados da ponte. Quando foi dado o sinal de comando eles avançaram sobre os garimpeiros, evacuando tudo e todos “na marra”. Muitos se atiraram ao rio, enquanto outros manifestantes foram ao encontro dos policiais, cantando o Hino Nacional.

Será que os policiais realmente pretendiam desobstruir ou acuar os garimpeiros? Os antecedentes da Polícia Militar do Pará levam a crer que, além de cumprir uma ordem, havia também o desejo de fazer um “acerto de contas”. Os policiais da PM nunca foram *persona grata* dentro do garimpo de Serra Pelada. Acusado de praticar toda sorte de violências, arbitrariedade e corrupção, o contingente da PM foi expulso da Serra, no segundo domingo de outubro de 86.

A morte de um garimpeiro dentro da cava provocou a ira de milhares de pessoas, que incendiaram a cadeia, o alojamento dos policiais e de quebra ainda tocaram fogo na sede da Coogar (Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada), cuja diretoria, presidida por um ex-agente do Serviço Nacional de Informações (SNI), de codinome “Alexandre”, deixou um “rombo” de milhões de cruzados para os garimpeiros pagarem. Desde então, a PM não voltou mais para a Serra.

Relatório: "vimos a mulher sendo jogada da ponte"

Dois, 16 ou 32 mortos? Essa dúvida que persiste quanto ao saldo do massacre continua sem resposta. Mas os testemunhos só reforçam uma certeza: muita gente foi assassinada. Wilson Faval, coordenador da Defesa Civil em Marabá, conta que viu quatro corpos só na ponte. Eis alguns trechos de seu relato, publicado no jornal "O Liberal", de Belém (PA):

"... Durante toda a tarde procuramos soluções para as solicitações dos grevistas, especialmente água. Por volta das 18 horas voltamos para a ponte ao lugar onde era feita a comida, depois de falar e confirmar algumas coisas nos encaminhámos para a saída, neste instante começou a ação policial. Na primeira instância ficamos perplexos, empantoados, a angústia fechou as nossas gargantas, não conseguimos falar, nossos gritos pareciam pequenos perto das gritarias generalizadas. Os garimpeiros jogaram algumas pedras e começou a balaceira. Bombas de gás e mais tiros. Os soldados se possessionavam da área, corriam. D. Alzira pedia que todos se jogassem no chão, alguém cantava o Hino Nacional, vimos cair uma mulher de estatura baixa com roupas brancas, tivemos a intenção de correr para ajudá-la, estava ela ferida e vimos quando era suspensa e

jogada por cima da cerca de segurança da ponte, um rapaz, que minutos antes comia sentado na cerca, também caiu, e tudo se tornou uma loucura. Resolvemos voltar para a Prefeitura... No caminho passamos pelo Sesp para tomar providências na área de saúde.. Fui direto à saia de emergência, o doutor Sinibu atendia uma pessoa na maca juntamente com duas enfermeiras. O doutor me disse: 'Este morreu neste instante'... Sai novamente na rua... voltei para a ponte e na frente da Coca-Cola vi quando quatro corpos estavam estirados no chão, tentei chegar perto mas não me foi permitido...

...Voltei para a Prefeitura, estava o prefeito, o Sr. Marabuto, jornalistas e representantes da Polícia Federal... Marabuto contou para a Sra. vice-prefeito os fatos que ele presenciou quando a polícia Militar saqueou os garimpeiros, tirando jóias, relógios e dinheiro e atuando com extrema violência...

... Voltei ao Sesp, nesse momento chegou uma camionete com 20 feridos de bala, queimados pelas bombas, espancados etc. Falei com eles: "O que vocês viram?" responderam:

— Eu estava tomando banho no rio quando aconteceu, vi muita gente caindo, um rapaz caiu na água e saiu nadando, sentou em uma pedra e o soldado gritou "sai daí" e jogou uma pedra que bateu no menino, eu acho que morreu...

...Às 4h da madrugada voltei para casa com a sensação de impotência ante os fatos..."

LISTA DOS 93 DESAPARECIDOS DE SERRA PELADA

- 1) Antonio Carlos Reis
- 2) Faustino
- 3) Francisco Alves Lopes
- 4) Manir de Jesus Brito
- 5) Severo Silva
- 6) Moacir Gomes Marques
- 7) Jeová Gomes Pereira
- 8) Manoel Lopes
- 9) Raimundo Nonato de Souza
- 10) Cicero Carlos de Souza
- 11) Manoel Dias de Azevedo
- 12) Antonio Pereira de Novaes
- 13) Luciano Pereira Lima
- 14) Hilton Honorato da Silva
- 15) Sebastião Rodrigues da Silva
- 16) José Antonio Vieira da Silva
- 17) Raimundo José Vieira da Silva
- 18) Francisco José Vieira da Silva
- 19) Irismar
- 20) João Barbosa
- 21) Antonio Marques da Silva
- 22) Adison de Souza
- 23) Antonio Neves Aquino
- 24) José Alves Lucas Melo
- 25) Deusdete Borba de Carvalho
- 26) Francisco
- 27) Claudio Alves de Carvalho
- 28) Francisca Soares Brandão
- 29) José Arimatéia Souza Batalha
- 30) Deolene Vale da Cruz
- 31) Antonio Carlos Ribeiro
- 32) Antonio Carlos Rodrigues da Rocha
- 33) José Edilson da Costa
- 34) João de Deus Reis Salviano
- 35) Edson Basílio Mendonça
- 36) Erinaldo Rodrigues da Costa (Cabeção)
- 37) José Cardoso Ilário
- 38) Domingos Luiz de Souza
- 39) José da Costa Santos
- 40) Antonio Pereira de Araújo
- 41) Sebastião Quintino dos Santos
- 42) Raimundo Nonato



Cadê meu pai, indaga até hoje Antônio Filho da Silva

- 43) Raimundo José Dias
- 44) Antonio Francisco (Negrinho)
- 45) Antonio Gonçalves Oliveira
- 46) Raimundinho de Patiola (Maranhão)
- 47) Pedro M. Castro Lima
- 48) José Nascimento Filho
- 49) José Pereira de Souza
- 50) Toninho Capixaba
- 51) Eitelvado
- 52) Zezinho Baiano
- 53) Valter Lima
- 54) João da Cruz
- 55) Pedro Vieira da Silva
- 56) José Barbosa
- 57) Francisco de Assis Souza
- 58) Sebastião Ramos
- 59) José Edimar da Silva
- 60) Natanael

Miguel Chikouka/F4

- 61) Antonio dos Santos
- 62) José Gaspar
- 63) João Paulo
- 64) Raimundo Gomes
- 65) Claudio Pereira da Silva
- 66) Antonio Luiz Rodrigues Pereira
- 67) José Pereira Pinho
- 68) José Leonez Pereira
- 69) Joaquim da Silva
- 70) Antonio Alves da Silva
- 71) José Paz da Silva
- 72) Laudelino Evangelista dos Santos
- 73) José Paulo Pinho
- 74) Raimundo Pereira da Silva
- 75) Agripino Pereira da Silva
- 76) Paulo Antonio da Silva
- 77) Domingos Rodrigues Soares
- 78) José Sarney Lima de Souza
- 79) Manoel Rodrigues dos Santos
- 80) Roserino Vieira Moura
- 81) Francisco Filho Matos de Moraes
- 82) Valdir Inácio dos Santos
- 83) Domingos Almeida Gonçalves
- 84) Antonio Rodrigues da Silva
- 85) Marcos Ribeiro Gomes (este é menor)
- 86) Francisco de Souza Lima
- 87) Joaquim Nunes da Silva
- 88) Luiz Vagner Borges da Silva
- 89) Cicero Lopes Pereira
- 90) Francisco Guedes Filho
- 91) Sebastião Cristiano dos Santos
- 92) Manoel José Viana
- 93) Raimundo Dias dos Santos

LISTA DIVULGADA PELO:

- * SINDICATO DOS GARIMPEIROS DE SERRA PELADA
- * ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES
- * ASSOCIAÇÃO DOS FORNECEDORES DE BARRANCOS
- * ASSOCIAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS E PERTENCISTAS
- * ASSOCIAÇÃO DOS SAQUEIROS
- * COOPERATIVAS DOS TRANSPORTES DE SERRA PELADA

A polícia responde: isso o bicho comeu...



Miguel Chikako/FA

Wilson Favai, coordenador da Defesa Civil de Marabá

São grandes os rumores de que os corpos dos garimpeiros massacrados na ponte rodoferroviária sobre o rio Tocantins podem ter sido levados para fora do Estado do Pará. Há fortes suspeitas de que tenham sido sepultados em algum cemitério de pequenas cidades do interior maranhense...

Wilson Favai, coordenador da Defesa Civil em Marabá, garante que na região é fácil de sumir corpos. Ele conta que de uma só vez foram encontrados numa estrada vicinal, entre Marabá e Xinguara, dezoito corpos. E a enfermeira Nazaré Chaves ficou muito chocada quando um policial à paisana a reconheceu e fez uma série de

perguntas sobre os garimpeiros que sobreviveram à tragédia. Quando ela quis saber o destino dos mortos que ficaram em cima da ponte ele respondeu: "isso o bicho comeu".

De fato, não é difícil que o **bicho** tenha comido os corpos dos garimpeiros. Os conflitos fundiários são frequentes na região. Em 1985, o pistoleiro Sebastião da Teresona liderou um grupo de jagunços que seqüestrou três posseiros da área do castanhal Dois Irmãos, do fazendeiro Almir Moraes. Quase um ano depois, o delegado distrital de São Geraldo do Araguaia foi fazer uma sindicância no castanhal Fortaleza, do mesmo dono do Dois Irmãos, e lá encontrou umas ossadas em cova rasa. Mandou recolher as ossadas, como alguns ainda tinham vestígios de roupas e botinas, chamou as mulheres dos três trabalhadores seqüestrados e não foi difícil identificá-los.

Depois, essa história foi checada com o depoimento de outros pistoleiros e a verdade surgiu. Os três lavradores foram mortos depois de seqüestrados. Seus corpos foram amarrados e jogados num igarapé enquanto a outra ponta da corda foi amarrada num galho de árvore. Quando só restavam os ossos, as roupas e as botinas, os pistoleiros recolheram e atiraram numa cova. A chuva do último inverno se encarregou de descobrir os corpos. E as viúvas puderam finalmente ter a certeza da morte de seus maridos. Os lavradores eram: Lázaro Pereira Sobrinho (delegado sindical no STR de Xinguara), Ercílio Francisco Xavier e José Francisco de Souza.

As reivindicações e o jogo de interesses

O que levou os garimpeiros de Serra Pelada a interditar a ponte rodoferroviária sobre o rio Tocantins, na madrugada do dia 28 de dezembro do ano passado, foi a necessidade de um imediato rebaixamento dos barrancos de onde é extraído o ouro, a urbanização da cidade de Serra Pelada; liberação pelo Banco Central do dinheiro correspondente à retenção do paládio (ouro branco); modernização do método de avaliação do ouro pela Caixa Econômica Federal; até a aquisição e implantação de um sistema de bombeamento hidráulico da água que se acumula no fundo da cava.

A ponte tem 2.310 metros de extensão. Por ali trafegam centenas de caminhões, ônibus e os trens da Companhia Vale do Rio Doce, que transportam minério, carga e passageiros. Porém, a parte que se considerou mais prejudicada foi a Companhia Vale do Rio Doce, conhecida como "a gata", expressão utilizada na região para designar empreiteiras e empresas que roubam o trabalhador.

A Vale é vista como a principal inimiga dos garimpeiros porque é ela que detém a concessão do ouro de Serra Pelada. Quando ela quis retomar o garimpo, em 1984, a explosão foi imediata. Os garimpeiros ocuparam a ponte sobre o rio Cacaú na rodovia Belém-Brasília, à altura do município de Imperatriz (MA). E só saíram de lá quando o Governo Figueiredo deu meia-volta e assegurou a permanência da lavra manual por mais quatro anos. Mas a Vale não deixou por menos e exigiu US\$ 60 milhões pagos em quatro parcelas, o que irritou os garimpeiros.



Miguel Chikako/FA

Pedro Ângelo viu os corpos serem recolhidos pela PM.

O saldo da última manifestação não foi favorável. Além da tragédia que resultou em mortes, feridos (26 ao todo), espancamentos e muita repressão, os garimpeiros só conseguiram a liberação de uma verba de Cz\$ 70 milhões destinadas a um mini-rebaixamento que vai retirar 100 mil metros cúbicos de terras, quando a necessidade é de se remover pelo menos 5 milhões de metros cúbicos.

Fernando Marcolino Guimarães, presidente do Sindicato dos Garimpeiros de Marabá, diz que houve manipulação. Ele conta que tudo fôra acertado para que o protesto fosse feito no dia 5 de janeiro deste ano. E que a manipulação apanhou de surpresa muita gente e até mesmo os membros mais ativos do sindicato. "Eu estava em Marabá quando veio a notícia da greve", conta ele, irritado com o fornecedor do garimpo, Victor Hugo Rosas, a quem é atri-



Manifestação de repúdio ao massacre dos garimpeiros no dia 30 de dezembro

buida a responsabilidade de ter atirado os garimpeiros "numa aventura".

Victor Hugo é acusado de ser muito ligado à Polícia Federal, que mantém na Serra um regime quase semelhante ao implantado pelo "Major Curió", ex-agente do SNI, em 1980. A idéia que se tem do garimpo ainda é de um campo de concentração mais frouxo. Qualquer pessoa para entrar na Serra tem que passar por uma revista numa barreira. Só que agora não são apenas os agentes do Departamento da Polícia Federal que fazem o serviço. São os próprios garimpeiros, através da "Polícia Melexete", e da "Polícia Mirim", organizadas e estimuladas pela Polícia Federal. E é nesse caldeirão que fervilham os interesses dos garimpeiros-patrões e dos garimpeiros-empregados. Os donos dos barrancos constituem o setor da classe dominante. Controlam e decidem quase tudo no garimpo. A classe média são os *meia-pracas* ou fornecedores. São aqueles que financiam os garimpeiros pobres que conseguiram ganhar um barranco. E os *formigas* são a base da pirâmide, os que carregam sacos de terra nas costas, ganham por dia e não são amparados por qualquer direito trabalhista.

Patrão e empregado marcam ponto na boca do barranco

A divisão social de trabalho em Serra Pelada é inusitada. Existem os *donos de barranco*, que financiam os instrumentos de trabalho; os *meia-praca*, que têm direito a uma grande porcentagem sobre o ouro extraído; e os *diaristas*, que ganham de acordo com o que produzem carregando o cascalho. Quando um barranco "bamburra", só os donos de barranco e os *meia-praca* participam da divisão do boio. Os diaristas, embora não participem como sócios do empreendimento, não são considerados empregados e sim trabalhadores autônomos. Os donos de barranco, em geral, não gostam de ser chamados de patrão. Pelo menos ao darem entrevistas.

"Despreparo dos soldados", diz deputado.



Arquivo Moraes Filho

O movimento que culminou na morte de garimpeiros pela desobstrução violenta da PM Estadual foi resultado da ação de provocadores e de despreparo dos soldados, afirmou o deputado Arnaldo Moraes (PMDB-PA), ex-secretário de Segurança do Pará na gestão Jáder Barbalho.

Como já é comum na Nova República, as vítimas são os culpados. E por ironia, embora reconhecendo que "desfechos trágicos por interferência da PM, lamentavelmente, não têm sido raros na história de nosso País", Moraes concluiu: "isso só mostra que os soldados da PM são despreparados, ninguém pode controlar os soldados". E de espantar tamanho cinismo, ainda mais vindo de um constituinte, em discurso no Congresso Nacional.

Arnaldo vai mais longe: "é claro que o governador não vai abrir inquérito para apurar o caso, pois ele sabe que nada há a apurar, que os acontecimentos foram frutos das provocações e também do despreparo dos soldados". Talvez seja por essa máxima que na época em que esteve à frente da Secretaria de Segurança do Estado (1983/1985) assistiu-se a um dos mais violentos períodos da história do Pará.



Miguel Chikako/F4

As condições de vida em Serra Pelada são assustadoras

Entre ouro e miséria, servidão e ilusão

E a espoliação no jogo sujo do capital

“Serra Pelada é o exemplo mais acabado do capitalismo selvagem. Não por estar dentro da selva amazônica, mas porque tem os senhores de todos os direitos, que são os donos de barranco, e o último resquício do servo da gleba”. A afirmação é do diretor técnico do DIEESE, Wálter Barrelli, feita em maio de 84, período em que a lavra manual na Serra estava ameaçada de fechamento. E de fato, em Serra Pelada as relações de trabalho são pré-capitalistas, em pleno fim do século XX. Não é clara a figura do patrão e do empregado: enquanto os donos de barranco afirmam que “todos são sócios”, uns poucos apenas ficam com a parte do leão. Na ânsia de produzir mais, trabalham muito além de sua capacidade física e acabam, por isso, sofrendo forte desgaste e propensos a contrair as muitas doenças comuns na região.

O trabalho é feito a céu aberto, sem a utilização de qualquer equipamento de segurança do trabalho. A alimentação é insuficiente e inadequada: ovos com arroz ou charque assado com chibê de farinha d’água.

Serra Pelada hoje já é uma cidade, onde residem cerca de 200 mil pessoas vindas do próprio Estado do Pará, do Maranhão e Goiás, principalmente. Uma grande parte, embora a entrada de mulheres tenha sido liberada a partir de 1986, é solteira, ou melhor, vive sem família.

As condições de vida na Serra, porém, são as piores possíveis: barracos miseráveis, sem luz ou água encanada. A



Ana Catarina

Maria de Nazaré Chaves identificou os corpos e atendeu os feridos

água é retirada dos chamados grotões. As doenças endêmicas são comuns; a promiscuidade também. A dependência de serviços básicos é total.

Nos barracos onde moram, os únicos pertences não passam de um pote de água, alguns bancos de madeira, a rede, um fogão improvisado com duas pedras, pratos e canecos de plástico ou alumínio pendurados entre as frestas das paredes do barraco. O lazer na Serra é o cinema, invariavelmente de filmes “pornô”, e a busca de companhia feminina, para os que ainda não possuem família, no “Troca-Tapa”, como é conhecida a área dos prostíbulos, que fica a menos de dois quilômetros da sede do garimpo.

Ninguém se atreve a declarar o número de barracos que possui. O sindicato para eles, embora patronal, é tido como instrumento de “justiça social”. Entretanto, do sindicato participam até mesmo comerciantes e industriais de Imperatriz (MA) e Marabá. É por tudo isso que Serra Pelada é um caldeirão em ebulição: interesses de todas as ordens estão ali presentes. O que não se pode perder de vista, porém, são as condições subumanas de trabalho, o regime de exploração e principalmente que o garimpo é a válvula de escape de um desmoralizado sistema que vê nele a solução para, por exemplo, o desemprego, de total responsabilidade do Estado.

Serra Pelada desencadeou, assim, definitivamente, o novo “ciclo do ouro” no Brasil. O processo de ocupação através de métodos intervencionistas, adotados pelos Governos militares e hoje na “Nova República”, engendraram os mecanismos dos conflitos político-sociais na Amazônia, última fronteira para o capital no País.

O garimpo e a ação do garimpo em Serra Pelada fazem parte desse contexto e integram o mesmo conflito. Isto porque o chamado “modelo de Serra Pelada”, cujo maior protagonista foi o ex-deputado Sebastião Curió, nasceu das necessidades de controle e segurança do regime em área de grande instabilidade social. Não é para menos. Testa-se uma enorme cratera de 24,6 mil metros quadrados, com 1.200 metros de diâmetro e 100 metros de profundidade. Uma cratera que já encantou e criou ilusões de enriquecimento em mais de 145 mil garimpeiros (contingente existente em 1983) e hoje ainda cria em cerca de 60 mil — fora as famílias que ainda lá se encontram, no maior garimpo a céu aberto do mundo.

Do outro lado da moeda, a face dos velhos interesses: a tecnocracia estatal, representada pela Docego, que detém o direito de lavra; a Caixa Econômica, que compra toda a produção de ouro e retém o paládio (o ouro branco); e o Ministério das Minas e Energia, defensor da mecanização do garimpo — origem dos constantes protestos. Afinal, quem se preocupa com o destino dos 60 mil desempregados da Serra, após a mecanização da lavra? (P.F.)



Miguel Chikako/F4

Maria Tereza, enfermeira do hospital de Serra Pelada.